



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM  
SERVIÇO SOCIAL  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO



**A Assistência ao Estudante nas IFES em contexto brasileiro:  
O Programa Saudavelmente da Procom-UFG**

LILA DE FÁTIMA DE CARVALHO RAMOS

Goiânia, 2012

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

LILA DE FÁTIMA DE CARVALHO RAMOS

**A Assistência ao Estudante nas IFES em contexto brasileiro:**  
**O Programa Saudavelmente da Procom-UFG**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do curso de Mestrado em Serviço Social da Pontifícia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-Go.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Liliana Patrícia Lemus Sepúlveda Pereira

Goiânia, 2012

R175a Ramos, Lila de Fátima de Carvalho.

A assistência ao estudante nas IFES em contexto brasileiro: o programa *Saudavelmente* da Procom-UFG [manuscrito] / Lila de Fátima de Carvalho Ramos. – 2012. 85 f.

Bibliografia: f. 71-76

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Serviço Social, 2012.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Liliana Patrícia Lemus Sepúlveda Pereira.

Inclui lista de tabelas.

Inclui Anexo

1. Assistência estudantil. 2. Educação superior – assistência estudantil – saúde mental – Brasil. 3. Programa *Saudavelmente* – Universidade Federal de Goiás. 4. Saúde Mental. 5. IFES (Institutos Federais de Ensino Superior) – assistência estudantil – políticas – Brasil. I. Título.

CDU: 378.014:613.86-052(817.3) (043.3)

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**

**MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a dissertação: *A Assistência ao Estudante nas IFES em contexto brasileiro: O Programa Saudavelmente* da Procom-UFG, como requisito parcial, para a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em 13/09/2012.

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Liliana Lemus Sepúlveda Pereira

Orientadora

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gina Glaydes Guimarães Faria

Membro

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Margot Riemman Costa e Silva

Membro

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Denise Carmen de Andrade

Suplente

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, apesar de 'in memoriam', foram os meus maiores incentivadores e alfabetizadores;

À Prof.<sup>a</sup> Dra. Liliana Lemus, minha orientadora, pela dedicação e jornada intensificada comigo;

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gina Glaydes e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Margot Riemman Costa e Silva, pela contribuição na qualificação e ao Prof. Dr. Marcos Corrêa da Silva Loureiro pela paciência e incentivo.

À Universidade Federal de Goiás por me possibilitar a oportunidade de qualificação;

Aos colegas do Programa SAUDAVELMENTE, principalmente a Pricila, a grande incentivadora;

À PROCOM pelo especial apoio na figura de Ernando Melo;

Aos meus amigos e amigas, à minha família grandes incentivadores, mas em especial à Júnia, Edmilson, Luiz Alberto, Daniel, Gabrielle e as orações de Marilene, Dagma;

Enfim, a todas as pessoas queridas que de alguma maneira contribuíram e acreditaram na concretização deste trabalho.

## MAR PORTUGUÊS

Fernando Pessoa

Ó mar salgado, quanto do teu sal  
São lágrimas de Portugal!  
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,  
Quantos filhos em vão rezaram!  
  
Quantas noivas ficaram por casar  
Para que fosses nosso, ó mar!  
Valeu a pena? Tudo vale a pena  
Se a alma não é pequena.  
  
Quem quiser passar além do Bojador  
Tem que passar além da dor.  
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,  
Mas nele é que espelhou o céu.

## RESUMO

Nesta dissertação estudamos e analisamos a Assistência Estudantil nas instituições de ensino superior públicas federais brasileiras (Ifes) numa sociedade inserida na racionalidade capitalista. Esta análise se realizou com pesquisa documental e bibliográfica na qual se analisou como as políticas educacionais têm tratado os programas de assistência estudantil na área da saúde mental dos discentes vinculados às Ifes. Para tanto, apresenta-se de forma descritiva um modelo de Programa de Saúde Mental, o da Universidade Federal de Goiás, Programa *Saudavelmente*, com ações de atenção, prevenção e tratamento de agravos à saúde mental dos discentes da UFG. Os resultados da pesquisa documental sobre o programa *Saudavelmente* foram os seguintes: em cinco anos atenderam-se 739 discentes, dos quais 62,7% são mulheres, 37,3% são homens, 82,7% são solteiros, 12,3% são casados, 86,7% são graduandos, 10,7% mestrandos, 2,7% doutorandos, 81,3% vieram de escolas públicas, 18,7% de escolas privadas, 30,2% apresentaram transtorno de ansiedade, 27% apresentaram depressão e 12% queixou-se de transtorno psicossocial, confirmando assim, a pesquisa da Andifes/Fonaprace (2010) sobre o perfil dos discentes das Ifes.

**Palavras Chave:** Assistência Estudantil; Saúde Mental; Programa *Saudavelmente*.

## ABSTRACT

In this dissertation we studied, we analyzed the Student Attendance in the public higher education institutions federate Brazilian (Ifes) in a society inserted in the capitalist rationality. This analysis took place with documental and bibliographical research in which it was analyzed as the education politics have treaty the Programs of Student attendance in the area of the mental health of the students linked Ifes. For so much, it presents in a descriptive way a model of Program of Mental health, the one of the Federal University of Goiás, Programs Soundly, with actions of attention, prevention and treatment of offences á mental health of the students of UFG. The results of the documental research on the program Soundly were the following: in five years 739 students was assisted, which 62,7% are women, 37,3% are men, 82,7% are single, 12,3% are married, 86,7% are graduation, 10,7% masters, 2,7% doctors, 81,3% came from public schools, 18,7% of deprived schools, 30,2% presented anxiety upset, 27% presented depression and 12% complained of upset psychosocial, confirming like this, the research of Andifes/Fonaprace (2010) on the profile of the students of Ifes.

**Keywords:** Student Attendance; Mental health; Programs Soundly.

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: N.º de discentes atendidos no período de 2003 – 2011.....	56
Tabela 2: Quadro de 10% do total de discentes que entraram no SDM (recorte de 2007 - 2011).....	57
Tabela 3: Idade de ingresso dos discentes na UFG.....	59
Tabela 4: Distribuição dos discentes por sexo .....	60
Tabela 5: Distribuição dos discentes por estado civil .....	61
Tabela 6: Distribuição dos discentes por cursos .....	61
Tabela 7: Formas de rendimento dos discentes.....	62
Tabela 8: Distribuição dos discentes por tipo de estabelecimento educacional de origem .....	63
Tabela 9: Moradia dos discentes.....	64
Tabela 10: Distribuição dos discentes por Hipótese/Queixa .....	65

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
Capítulo 1 - A política da educação superior no contexto social brasileiro contemporâneo .....	14
1.1. O neoliberalismo, a educação e a cidadania.....	14
1.2. A Educação Superior no Brasil .....	19
1.3. Políticas de Assistência Estudantil.....	27
Capítulo 2 - Política de Assistência Estudantil na UFG .....	35
2.1 - Histórico da UFG.....	35
2.2. A Assistência Estudantil na Procom-UFG.....	38
2.3. O perfil dos discentes das IFES segundo o FONAPRACE .....	43
Capítulo 3 - O Programa de Saúde Mental “Saudavelmente” .....	45
3.1. Concepção de saúde mental .....	52
3.2. O cuidado em Saúde Mental e o Programa Saudavelmente: foco na humanização e nos cuidados primários .....	53
3.3 . Demonstrativo do Quantitativo de Atendimentos do Programa Saudavelmente 2007/2011.....	56
Considerações finais .....	69
Referências Bibliográficas .....	71
ANEXO I - FICHA DE ACOLHIMENTO.....	77

## INTRODUÇÃO

As reflexões expostas neste trabalho são de caráter exploratório e com uma perspectiva de análise crítica, apresentando os impactos ou possíveis impactos da política estudantil em relação à assistência estudantil nas instituições de ensino superior pública federal brasileira em face da reforma do ensino superior no Brasil. Trata-se, principalmente, do que se refere ao atendimento dos discentes inseridos no contexto da Universidade Federal de Goiás (UFG) que procuram o programa *Saudavelmente*. Compreende-se que a condução da política de assistência ao discente universitário realiza-se no contexto das mudanças por que passa o mundo atual em que a ordem capitalista dita que se deve buscar cada vez mais e intensivamente o lucro, independente do que tal busca possa trazer de consequências para a sociedade ou que essas mudanças possam representar para a sociedade. Um Estado capitalista como o do Brasil atende ao receituário neoliberal nas suas ações, com o discurso da supremacia do mercado, corte de verbas das políticas públicas, articuladas à crescente mercantilização de tradicionais direitos trabalhistas e sociais. Nesse sentido, a educação também se torna mercadoria e como tal é tratada no interior das políticas educacionais, orientadas pela racionalidade do capital. A consequência desse mecanismo ou processo é a mudança de valores pelos quais os indivíduos passam a ser pautadas, produtividade e competitividade, o que torna a educação subordinada ao mercado.

Na realidade, o que se coloca para o País no final dos anos de 1980 e 1990 é o embate entre duas concepções de Estado: a neoliberal que advoga o Estado Mínimo e o mercado como principal agente regulador da ordem econômica e a concepção da necessidade da presença de um estado democrático forte, demandado pelas políticas de ajuste estrutural e pelas desigualdades sociais.

A importância dos programas universais e de manutenção e extensão das políticas sociais da esfera da educação, saúde, previdência, assistência, e trabalho necessitam de recursos financeiros superiores aos atuais, para que sejam estendidos aos segmentos não incorporados. Ao contrário do que apregoa o discurso neoliberal, que existem recursos suficientes e que os problemas estariam

na alocação mal feita, o que se vê, na verdade, o que se é uma justificção para o Estado Míximo.

O Brasil é um país marcado por desigualdades sociais; assim, essas desigualdades observadas na sociedade brasileira são materializações das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, considerando-se suas especificidades na dinâmica social. Nesse sentido, os diversos problemas relacionados à democratização, acesso e permanência, no que diz respeito à educação superior pública, hoje, apresentam-se como expressões de processos e situações simultâneas de inclusão/exclusão.

Os princípios “neoliberais”, ou seja, as relações sociais capitalistas eliminam a condição de direito das políticas sociais e assistenciais com caráter universalista, como também, com a igualdade de acesso e, por último, com a solidariedade, responsabilidade social e diferencial, ou seja, os indivíduos delas participam na exata medida que sua contribuição, baseada em seu poder aquisitivo, o permitir.

Na visão neoliberal, as políticas focalistas estariam dando respostas a uma suposta nova questão social; porém, para Netto (2006) e Montaño (2005) o que existem são novas expressões de uma mesma questão social, pois, esta expressa à contradição entre capital e trabalho, que se mantém a mesma.

As políticas focalizadas visam, sob a perspectiva neoliberal, a amortecer as tensões sociais, assim como, funcionaliza a pobreza mantendo em estado permanente a insegurança, a indigência e a dependência, possibilitando sua manipulação política, uma vez que não contêm mecanismos que incidam sobre a estrutura de reprodução da pobreza.

As novas formas de lidar com a questão social aprofundam e ampliam as desigualdades sociais, bem como, a privatização dos mecanismos de efetivação das políticas sociais leva a multifragmentação, não somente a fragmentação ocasionada pela setorização das políticas de educação, saúde, trabalhista, educacional, previdenciária, próprias desde a origem dos instrumentos estatais, assim como também, a atual fragmentação originada por meio de sua implantação na esfera privada, que, em geral, tem como público-alvo pequenas parcelas da população.

Por isso, na discussão do objeto desta dissertação, a assistência ao estudante nas Ifes, devem-se considerar as alterações observadas na sociedade brasileira no contexto da globalização econômica e suas inflexões sobre o sistema educacional no que diz respeito à posição que nele ocupam os indivíduos de menor

poder aquisitivo de nossa população, que, normalmente, compõem o perfil dos discentes das universidades públicas federais brasileiras. Entende-se que os impactos da globalização na dinâmica do sistema educacional brasileiro exige um trabalhador versátil, capaz de realizar muitas atividades simultâneas, com um nível maior de competição e exploração da mão de obra disponível.

Considerando a realidade de um estado capitalista tal como se caracteriza o estado brasileiro e o contexto em que nele se insere a educação superior pública, a hipótese dessa dissertação é que o estresse proveniente, entre outros fatores, da realidade social do estudante, influencia em sua vida acadêmica dentro da UFG. Entende-se a garantia de sua permanência na universidade como consolidação de um direito social: a educação. O jovem de baixa renda tem buscado na universidade uma melhor inserção social, buscando superar uma história de exclusão em busca de uma vida melhor através da formação profissional que o ensino superior oferece. Existe uma perspectiva de inclusão no mercado de trabalho, mas, no interior da universidade, os jovens podem viver uma nova exclusão, por ser considerado discente de baixa-renda e, às vezes, dependente da assistência estudantil, para manter-se no curso.

Esta dissertação tem como objetivo geral conhecer a trajetória da assistência estudantil no que tange à saúde mental dos discentes da UFG no contexto neoliberal e, por objetivos específicos: analisar a política de assistência estudantil da UFG e seu relacionamento com a saúde mental dos discentes; bem como descrever o perfil dos discentes que procuraram o Saudavelmente no período compreendido entre 2007 e 2011, apresentar e descrever o programa *Saudavelmente*, da UFG.

Assim, compreende-se que se

a política é arte de administrar o bem comum, toda política não é necessariamente social? Essa denominação decorre das características da sociedade capitalista cuja forma econômica se centra na propriedade privada dos meios de produção, o que implica a apropriação privada dos bens produzidos coletivamente. Com isso, a produção social da riqueza fica subordinada aos interesses privados da classe que detém o controle dos meios de produção. (SAVIANI, 2007, p. 1)

Então, pode-se perguntar: será que se o Estado implementasse a contento todas as políticas sociais relativas à educação, problemas, por exemplo, como os de saúde mental dos discentes das Ifes seriam resolvidos?

Assim, na qualidade de membro da equipe de servidores técnicos da UFG, psicoterapeuta efetivada no programa de saúde mental *Saudavelmente*, na Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária (Procom), convivendo com os discentes na escuta terapêutica, senti-me motivada a buscar conhecimentos sistematizados, pesquisar, conhecer melhor as políticas públicas, sociais e a assistência estudantil.

Para tanto, a dissertação está construída numa perspectiva de análise crítica através de pesquisa bibliográfica sobre a educação superior no Brasil, políticas sociais e políticas públicas. Para a caracterização do programa *Saudavelmente* utilizou-se da pesquisa documental junto à secretaria do próprio programa, à Coordenação do Serviço Social e da Procom por meios de documentos públicos disponíveis em sites na Internet.

O que caracteriza a pesquisa documental é a fonte de dados, restrita a documentos escritos ou não, e sua realização pode-se dar no momento ou após a ocorrência do fato ou fenômeno. (LAKATOS; MARCONI, 2003)

Foram analisados 75 discentes através das fichas de acolhimento, escolhidas aleatoriamente, fazendo um recorte de 10% de cada ano analisado em um período de 2007 a 2011. Esse período foi escolhido por corresponder os últimos cinco anos de atendimento.

As fichas de acolhimento contêm as seguintes informações: data de entrada no programa, data de nascimento, sexo, nome, vínculo com a UFG, estado civil, situação socioeconômica, composição familiar, história do paciente, informações gerais, hipótese diagnóstica, entre outros.(ANEXO I)

Para fazer a análise dos dados priorizaram-se as seguintes informações: número de estudantes atendidos no período de 2003 a 2011; idade dos discentes; sexo; estado civil; curso; ocupação profissional; escola de origem; moradia; hipótese diagnóstica/queixa.

Desse modo, a dissertação está elaborada em três capítulos, sendo que o primeiro discorre sobre a política da educação superior no contexto social brasileiro contemporâneo; o segundo refere-se à UFG e sua assistência estudantil na Procom e o terceiro descreve o programa de saúde mental *Saudavelmente*.

## **Capítulo 1 - A política da educação superior no contexto social brasileiro contemporâneo**

### **1.1. O neoliberalismo, a educação e a cidadania.**

A Educação desempenha papel de suma importância para o desenvolvimento sociocultural e econômico do indivíduo e em uma sociedade em que o conhecimento e o aprimoramento de novas competências científicas e técnicas são fundamentais para o exercício de uma capacitação laboral ou atividade laboral. Portanto, com o objetivo de ampliar o acesso da população ao Ensino Superior Brasileiro, foi implantada a Política de Assistência Estudantil em 2007, por meio da portaria normativa do Ministério da Educação e Cultura, MEC, n. 39 em 12/12/2007, a fim de proporcionar aos discentes a possibilidade de permanecer na universidade e concluir o curso de graduação.

Na tentativa de compreensão da tendência da política de Assistência Social ao discente, principalmente no contexto da reforma universitária brasileira, pondera-se que o modo de produção capitalista se caracteriza pela produção de mercadorias. Desde os séculos XVII e XVIII, generalizou-se essa relação sociometabólica, que trata do processo social que o capitalismo forma, desenvolve e renova. Quando se formam os profissionais inteiramente subordinados ao capital, forma-se um trabalhador que, por medo de perder o emprego, defende não apenas a produtividade do capital, mas até mesmo, a demissão de seus companheiros. É a lógica societal subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias (ENGELS, 1973).

O século XIX vem marcar as crises intermitentes por que passa o mundo do capital. Essa afirmação se concretiza com o valor de troca, que se constitui na determinação do processo de trabalho na sociedade mercantil por excelência, qual seja a capitalista (LENINE, 1976). É o próprio desenvolvimento dessa sociedade que traz, em seu seio, o seu oposto: a classe trabalhadora. A sociedade capitalista é, parafraseando Engels,

produto da tomada de consciência, por um lado das oposições de classes que reinam na sociedade moderna entre possuidores e não possuidores, assalariados e burgueses, de outro lado, da anarquia que reina na produção”. (ENGELS, 1973, p.59).

A lógica da racionalidade capitalista impõe um constante processo de trocas e rupturas para a sua manutenção. São mudanças que rebatem diretamente nos setores público, privado, bem como nos direitos sociais, pois a ordem da lógica capitalista é buscar cada vez mais lucro, independente das consequências que essas mudanças representem para a sociedade.

Assim, a condução da política de assistência ao discente universitário do ensino público federal está vinculada à reforma da Educação Superior (SPOSATI et al, 2003,p.33) e nasce do processo anteriormente referido, ou seja, deriva da influência da tendência neoliberal, mediante seus reflexos nas reformas do Brasil atual.

As mudanças societárias redefinem o campo das necessidades sociais, interpelando as profissões (mais especificamente àquelas inseridas no campo social). As políticas sociais vêm passando por um processo de reordenamento subordinado às políticas de estabilização da economia, em que as ações do Estado no campo social são redesenhadas por meio da municipalização, da descentralização e da transferência para a iniciativa privada de ações prestadas por órgãos estatais (SPOSATI et al, 2003,p.33).

No final do século XX, o capitalismo passa por nova crise em seu processo de expansão e universalização, em busca do redimensionamento dos seus limites, que trazem no seu interior o agravamento das condições de vida de amplas camadas populacionais, aumento de desemprego, poluição ambiental, aumento de temperatura no globo, crise de superacumulação, entre outros. Ocorre, no atual neoliberalismo, a retomada da ideologia liberal, com o discurso da supremacia do mercado e corte de verbas públicas, articulados à crescente mercantilização de tradicionais direitos trabalhistas e sociais. (HARVEY, 2010)

Dito de outra forma, a visão neoliberal propõe a redução do Estado, fortalecendo a concepção de Estado Mínimo, segundo a qual este deixa de “promover políticas sociais básicas, transferindo a responsabilidade para a própria sociedade, dada à suposta incapacidade deste Estado de responder a todas as demandas sociais” (CRUZ, 2003, p.12). Com a restrição e diminuição das funções do Estado, ocorre o repasse de demandas da sociedade para a iniciativa privada, ou seja, para a esfera do mercado, o que reforça a segmentação social da população,

uma vez que somente terão acesso ao serviço privado aqueles que dispõem de boa condição financeira, ou seja, os direitos sociais tornam-se mercadorias e o movimento econômico restringe a esfera social da cidadania em favor da projeção do mercado. Essa é a nova tendência teórica e política de ordenamento do mundo capitalista. Segundo Murrach (1996), a retórica neoliberal atribui papel estratégico à educação no sentido de:

- Preparar o indivíduo para adaptar-se ao mercado de trabalho, justificando que o mundo empresarial necessita de uma força de trabalho qualificada para competir no mercado nacional e internacional;
- Fazer da universidade um meio de transmissão da ideologia dominante e dos princípios doutrinários do neoliberalismo, a fim de garantir a reprodução desses valores;
- Incentivar o funcionamento da universidade de forma semelhante ao mercado, adotando técnicas de gerenciamento empresarial, pois seriam mais eficientes para garantir a consolidação da ideologia neoliberal na sociedade.

Assim sendo, cabe à educação, no enfoque neoliberal o papel de legitimar novos e velhos processos de exclusão verificados também no contexto social. Para isso, devem difundir-se no interior do sistema educacional as relações mercantis de concorrência, isto é, “no discurso neoliberal a educação deixa de ser parte do campo social e político para ingressar no mercado e funcionar à sua semelhança”. (MARRACH, 1996, p.43). Trata-se da crescente subordinação da própria educação ao econômico e de sua transformação em mercadoria, de modo que os discentes passam a ser vistos como consumidores e o conteúdo político da educação é substituído pelos direitos do consumidor.

Os neoliberais acreditam que o poder público pode e deve dividir ou transferir para o setor privado suas responsabilidades na área da educação, favorecendo, com isso, o aquecimento do mercado e a melhoria na qualidade de serviços educacionais. É o que se chama *privatização do ensino*. Os pais, como consumidores, têm direito de matricular seus filhos numa faculdade e ou universidade que melhor contemple seus interesses, gerando uma disputa entre as faculdades e ou centros universitários, numa competição no sentido de oferecer uma educação que se constitua no melhor produto para seus consumidores, pais e discentes, disputa que acaba por definir a qualidade do processo educativo.

A educação - na perspectiva neoliberal, é óbvio – tem grande importância para o projeto neoliberal, pois legitima a desigualdade, base do sistema capitalista. Partindo do pressuposto de que a educação possibilita aos alunos as mesmas oportunidades, a educação prova que a desigualdade é eticamente justa, por ser uma opção individual.

A grande contradição é que esse discurso desmonta toda a qualquer possibilidade de construção de um espírito solidário e cooperativo entre as pessoas, acirrando cada vez mais a disputa e a competição, o que contribui para o reforço da ideologia excludente pregada por esse modelo econômico.

Por meio de entidades públicas não governamentais, o Estado convoca a iniciativa privada a compartilhar das responsabilidades pela educação, reafirmando a velha tese da social-democracia de que se a educação é uma questão pública não é necessariamente estatal. (SHIROMA et al., 2004, p.116).

As universidades públicas federais brasileiras, para atender à Constituição, realizam atividades de ensino, extensão e pesquisa, implementando e exercendo funções sociais que encaminham os discentes a serem profissionais qualificados, cidadãos ativos, mesmo com as desigualdades sociais, e promovem a cidadania.

De acordo com Schuguresnsky (1999), ao longo da história da humanidade tem-se observado a existência de inúmeras definições do conceito de cidadania, pois são várias as maneiras de abordar dinâmicas de inclusão e exclusão, de entender o que é considerado direito e ou responsabilidade de um indivíduo na sociedade. Na tradição “neo-liberal”, a noção de cidadania se refere às expectativas e à normatividade que regem as relações entre indivíduos e Estado-nação. (1999, p.189).

Desde o pós-guerra, a cidadania apoia-se não só nos direitos políticos, como também nos civis e sociais (teoria de Marshall). Porque, para Marshall, (1996) a análise do funcionamento do sistema de mercado, para a determinação dos preços começava com o estudo do comportamento dos produtores e dos consumidores, pois este era a chave para analisar a determinação dos preços de mercado. Então, o conceito de demanda, com uma tabela que relaciona preços e qualidade, era muito importante para a sua análise. A demanda em si explicava a formação dos preços, mas também eram importantes as condições em que os produtores estivessem dispostos a vender os seus bens e serviços. Ou seja, o valor de algo é a utilidade (o

interesse que uma coisa tem para as pessoas) que um indivíduo retira de uma determinada alternativa, de uma determinada decisão, tendo em conta sempre a dualidade fundamental do valor que é a dualidade benefícios-custos. (NEVES, 1994)

Na atualidade, a cidadania ganha um caráter universal quando o poder arbitrário do Estado é detido tanto pelas leis como pela restrição a ele imposta pelo poder dominante. A Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu os princípios básicos da cidadania, visando à consolidação do Estado de Bem-Estar Social. Em contrapartida, sob a influência do modelo neoliberal, o “conceito de cidadão compete com o conceito de consumidor ou cliente” (SCHUGURENSKY, 1999 p.189), ou seja, o que antes era centrado em direitos inalienáveis do indivíduo passa a ser substituído por um discurso que privilegia a competitividade, a individualidade e a eficiência, tendo em vista satisfazer às exigências do mercado e da economia mundial. Para isso, faz-se necessário transportar a educação e suas competências para o mundo do mercado.

No entanto, uma forma de se romper com esse ciclo de crueldades e de marginalização social imposto pela lógica neoliberal é acreditar em outro modelo de educação e lutar por ele: uma educação comprometida com a formação de indivíduos críticos e conscientes do seu papel social, pautada na construção democrática e no diálogo.

A implementação de uma educação comprometida com a mudança social tem importante papel a cumprir, pois auxilia na promoção e aquisição de saberes e competências necessárias para que as pessoas possam participar dos processos de libertação e de tomada de decisões na sociedade, resgatando seu direito, na plenitude da palavra, de cidadãos.

É urgente, pois, investir numa educação que se alinhe aos interesses e aos projetos da sociedade como um todo, que promova o desenvolvimento de sujeitos com capacidade de analisar criticamente a realidade e transformá-la, de forma a incentivar o movimento da sociedade a fim de ampliar os direitos sociais. E isso principalmente quando se deseja construir um mundo digno e humano, que privilegie o ser em detrimento do ter, que promova a solidariedade, a compaixão e o amor incondicional entre os povos.

Os processos sociais estão transformando-se; os valores dos indivíduos estão pautados na produtividade e competitividade, tornando a educação subordinada ao mercado. O movimento de extensão do capital se tem deslocado para novas esferas

sociais nas quais ocorre a mercantilização da educação e das políticas educacionais, a financeirização do capital. A esfera da educação está transformando-se em mercado. (LEHER, 2004)

## **1.2. A Educação Superior no Brasil**

A relação entre saúde e trabalho vem sendo alvo de investigações e estudos e a saúde do trabalhador vêm-se configurando como questão prioritária para a área da saúde no Brasil. A preocupação acadêmica com relação ao trabalho e ao trabalhador é importante, porque, através do conhecimento, pode-se evitar ou diminuir os problemas agravados ou provocados pelo trabalho, ou pelo estudo, tanto em nível individual como coletivo, além de alicerçar ideias a respeito. Então, entendendo-se que há um compromisso social das universidades públicas federais brasileiras com o discente a elas vinculado e que, apresentando-se algumas demandas sociais, ele poderá ser atendido, estabeleço a continuidade dessa análise buscando compreender como o programa de saúde mental Saudavelmente pode contribuir na inclusão ou exclusão desse discente dentro da UFG. Para tanto, faremos uma análise geral das políticas de Assistência Estudantil.

A saúde do discente das universidades públicas de ensino superior no Brasil tem sido preocupação também do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), que tem em vista o bom desempenho curricular e a minimização do percentual de trancamento de matrículas e evasão nos cursos de graduação.

Nos países das Américas espanhola e inglesa, o acesso ao ensino superior aconteceu já no período colonial. No Brasil, a Educação Superior surgiu bem mais tarde, pois Portugal tinha apenas dois grandes objetivos quando aportou em terras brasileiras: suas prioridades eram a fiscalização e a defesa. Durante trezentos anos, as únicas iniciativas na área de educação vieram dos jesuítas, mais voltados para a catequese religiosa. Os altos funcionários da Igreja e da Coroa, bem como os filhos dos grandes latifundiários, tinham que recorrer à Europa para obter formação universitária, sendo Coimbra o destino principal. Iniciativas isoladas como o curso superior de Engenharia Militar no Rio de Janeiro, que surgiu no final do século XVII, não podem ser consideradas como o ingresso do Brasil no ensino superior já que, para todos os efeitos, era um estabelecimento português.

A chegada da família real portuguesa promoveu o interesse de se criarem escolas médicas na Bahia e no Rio de Janeiro: em fevereiro de 1808, surge o Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia e, em abril do mesmo ano, a cadeira de Anatomia é criada no Hospital Militar do Rio de Janeiro. Em 1810, o Príncipe Regente assinou a carta de Lei de 4 de dezembro, criando a Academia Real Militar da Corte, que, anos mais tarde, converter-se-ia na Escola Politécnica. O Decreto de 23/02/1808 instituiu uma cadeira de Ciência Econômica e o Decreto de 12/10/1820 organiza a real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, depois convertida em Academia das Artes.

Inicialmente, todos os cursos eram gratuitos e financiados com o quinto da Coroa, imposto cobrado sobre produtos exportados do reino e das Colônias. (OLIVEN, 2002) Finalmente, o Ensino Superior se firma com um modelo de institutos isolados e de natureza profissionalizante. Além de elitista, já que só atendia os filhos da aristocracia colonial, que não podiam mais estudar na Europa, devido ao bloqueio de Napoleão. Os cursos que surgiram eram voltados ao ensino prático: engenharia militar e medicina. Foram ministrados em faculdades isoladas e marcaram de forma contundente o ensino superior no Brasil, explicando muitas distorções que, até hoje, estão presentes em nosso sistema.

A partir da Proclamação da Independência, no século XIX, há um crescimento de escolas superiores no país na forma de unidades desconexas e voltadas para a formação profissional. Houve algumas tentativas de criação de uma Universidade no Brasil: exemplo disso é o projeto de 1843, que visava a criar a Universidade de Pedro II, e o de 1847, nenhuma delas, no entanto, saiu do papel. (SGUISSARDI, 2003).

Em 1889, o Brasil proclama a República e a Constituição de 1891 omite-se em relação ao compromisso do governo com a universidade. Em 1912, em virtude de forças locais, surge à primeira Universidade brasileira, no Estado do Paraná, que duraram três anos. Em 1920, surge a Universidade do Rio de Janeiro, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, que reuniu os cursos superiores da cidade: Escola Politécnica, Faculdade de Medicina, Faculdade de Direito, originada a partir da fusão da Faculdade Livre de Direito e da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais. O decreto que cria a universidade é o de no. 14.343, de sete de setembro de 1920 (SGUISSARDI, 2003).

Durante a década de 1930, a Educação passa a ser reconhecida como de direito público, regulamentada pelo Estado. Entretanto, nas diferentes constituições, tais direitos não estavam assegurados integralmente. Mesmo assim, nas décadas de 1950 a 1970 criaram-se universidades federais em todo o Brasil, ao menos uma em cada estado, além das universidades estaduais, municipais e particulares. A descentralização do ensino superior foi a vertente seguida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 4024/61, tendo a explosão do ensino superior ocorrido nos anos 1970. Durante essa década o número de matrículas subiu, pois a concentração urbana e a exigência de melhor formação para a mão de obra industrial e de serviços forçou o aumento do número de vagas e o Governo, impossibilitado de atender a essa demanda, permitiu que o Conselho Federal de Educação aprovasse vários cursos novos em universidades e faculdades particulares. (SGUISSARDI, 2003).

Também na década de 1970, nas cidades de médio e pequeno porte, em regiões próximas às periferias das grandes capitais, o setor público da educação superior teve um crescimento limitado, enquanto o setor privado passou por expansão através da criação de faculdades isoladas (OLIVEN, 2002).

Já a década de 1980 foi caracterizada por um processo de estagnação do Ensino Superior. Havia uma preocupação com a consolidação da pesquisa, da extensão e da formação da pós-graduação, tendo sido montados muitos laboratórios e bibliotecas. As universidades públicas, porém, não se libertaram das pesadas amarras burocráticas do Estado, quando os recursos públicos passaram a ser cada vez mais escassos. Àquela época, o Brasil contava com 65 universidades, das quais 43 públicas e 22 privadas, além de grande número de estabelecimentos isolados. (MORHY, 2003).

No fim dos anos de 1980 e nos anos 1990 começaram a circular, no meio educacional, algumas expressões como “qualidade total”, “modernização do ensino”, “adequação ao mercado de trabalho”, “competitividade”, “eficiência”, “produtividade”, frutos da ideologia neoliberal. Passa-se a atribuir à educação a responsabilidade de dar sustentação à competitividade do país, pois, enquanto consenso mundial disseminou-se a ideia de que para “sobreviver à concorrência do mercado, para conseguir ou manter um emprego, para ser um cidadão do século XXI, seria preciso dominar os códigos da modernidade.” (SHIROMA et al., 2004, p. 54).

Então, no decorrer do processo sócio-histórico-político da educação superior brasileira, finalmente, tendo contado com a participação de vários movimentos sociais na sua elaboração, é sancionada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9.394/96, que, aparentemente, discorre sobre a igualdade, liberdade, e pluralismo da educação pública, garantia do ensino, qualificação do docente e avaliação sistemática. Ao dizer “aparentemente” quero dizer, com base nas palavras de Saviani, que se faz necessário ressaltar que a LDB de 1996 é produzida sob o marco da reforma neoliberal implementada por Fernando Henrique Cardoso; portanto, não há igualdade, liberdade nem garantia do acesso ao ensino público; muito menos, pluralismo da educação pública, qualificação do docente e avaliação sistemática:

Eis de forma sucinta, as medidas tomadas pelo Governo Lula no que se refere ao sistema federal de ensino e, particularmente, em relação ao ensino superior... Podemos considerar que as modificações propostas não chegam a alterar o espírito que presidiu a política educacional do Governo FHC. Com efeito, a substituição do “provão” pelo ENADE incidiu, fundamentalmente, sobre aspectos operacionais. E a criação do Prouni, embora constitua uma inovação, não se opõe à orientação anterior. Ao contrário, a reforça, pois uma das diretrizes básicas do Governo FHC foi a oferta de vagas para reduzir o déficit de estudantes de nível superior no Brasil. (SAVIANI, 2007, p.21-22)

Dessa maneira, vê-se que a relação entre a LDB de 1996 com a política de assistência estudantil acontece, segundo Saviani (2007), na medida das necessidades sociais sempre analisadas sob o crivo da relação custo-benefício. São custos na medida em que impedem, retardam ou tornam onerosos os investimentos no desenvolvimento econômico; custos para a sociedade que, através do Estado, terá que investir recursos para supri-las. E o Estado, submetido a essa mesma lógica, tenderá a atrofiar a política social, subordinando-a, em qualquer circunstância, aos ditames da política econômica. Está aí a raiz das dificuldades por que passa a política educacional. (SAVIANI, 2007).

Na proposta educativa referendada pela lógica neoliberal (onde as práticas sociais estão alicerçadas numa relação meramente econômica), a concepção de sociedade e de cidadania que vem à tona é a que prima pela ética utilitarista, pelo individualismo, pela exclusão e pela competitividade. Dito de outra forma, quando as políticas educacionais implementadas são fruto de uma ideologia na qual “a

educação é condição necessária para a reprodução econômica e ideológica do capital” (CRUZ, 2003, p.16), ideais como igualdade de oportunidades, entendendo que, igualdade de oportunidades: princípio da sociedade liberal embasado no mérito/esforço pessoal, no talento individual desconsiderando-se as condições sociais. Numa sociedade de classes, a igualdade de oportunidade refere-se à igualdade formal; participação e autonomia passam a ser subordinados à lógica racional do mercado e as reformas na área educacional ficam reduzidas ao cumprimento de objetivos que atendem, prioritariamente, ao imperativo econômico.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, ao propor inovações, não gerou efetivo acesso a uma educação de qualidade a expressiva parcela da população, que fica excluída também de outros processos sociais. Permanecem inconclusos os temas relacionados à busca pela melhoria da qualidade educacional, formação e aperfeiçoamento dos docentes, autonomia universitária e universalização do ensino fundamental, pois a LDB não levou mesmo a qualquer mudança, como de fato ocorre, com quaisquer programas e ações propostos no âmbito de uma sociedade de classes.

As necessidades da educação nacional em geral e da universitária em particular foram modificando-se, ao longo do tempo, mas o processo de ajustes não acompanhou essa transformação, imputando-se algumas deficiências a ambiguidades na redação legislativa a cada reforma. Desse modo, a prática da Lei deve ser considerada uma das prioridades da educação, tendo em vista que o progresso do sistema educacional acontece a partir dos aperfeiçoamentos introduzidos ao longo do processo de transformação, acompanhando a realidade da educação.

Há autores que se contrapõem às referências anteriores, afirmando que a crise enfrentada pelo Ensino Superior Brasileiro é consequência de este não atender à demanda apresentada e ainda por preparar os alunos de maneira precária, dificultando sua inserção ao mercado de trabalho. Assim,

O sistema federal de ensino superior estaria em crise por não absorver toda a crescente demanda e por não preparar adequadamente universitários para o mercado. Por outro lado, isto se deveria ao elitismo que marca toda a história da universidade brasileira e ao modelo universitário das universidades de pesquisa (modelo humboldtiano), excessivamente unificado, caro e insustentável no médio prazo pelo poder público, em tempos de crise do Estado. (SILVA JÚNIOR, 2002, p.47)

Avaliando-se esta contraposição pode-se afirmar que a crise está relacionada às próprias contradições de um Estado vinculado aos interesses do capital, como é o caso do Brasil. O atendimento da demanda é uma questão menor. Se toda demanda fosse atendida, teria acabado o problema? Numa sociedade de estrutura capitalista, as políticas sociais estão subordinadas à política econômica; portanto, a estrutura econômica capitalista passa a comandar as políticas sociais imprimindo a abordagem neoliberal às políticas públicas educacionais. (SAVIANI, 2007).

A legislação educacional não atende problemas educacionais e, sim, resolve problemas, pois há sempre distância entre o proposto e o efetivado, uma vez que se trata de uma sociedade de classes, com contradições intrínsecas no âmbito do capital/trabalho.

O Estado tem reduzido sua participação no sistema de ensino superior. Se, em meados da década de 1990, o Estado respondia por 42% das matrículas, no início dos anos de 2000, respondia por menos de 30%. No sentido de discutir o processo de reforma do Ensino Universitário Superior Brasileiro, faz-se presente a necessidade de perceber a participação dos mais diversos atores sociais, tais como governo, instituições de ensino superior tanto no âmbito público quanto no privado, corpo docente, corpo discente, funcionários, famílias e comunidade, bem como suas estratégias para enfrentamento da situação colocada. No final de 2004, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) assumiu a responsabilidade por essa discussão e apresentou um anteprojeto de reforma da educação superior que causou polêmica, como bem o demonstram as inúmeras críticas e propostas de modificação a ele apresentadas. (SILVA JUNIOR; SGUISSARD, 2009).

Instituíram-se programas do governo federal visando à promoção do acesso ao ensino superior, como o Exame nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Programa Universidade para Todos (Prouni). Novas emendas e programas foram alvo de impasses no legislativo e entre os representantes dos profissionais da educação. Mas houve, também, heterogeneidade e diversificação no ensino superior, pois no Artigo 45 da Constituição Federal de 1988 está previsto que educação superior deve ser ministrada em instituições, de cunho público e privado, com graus de abrangência e especialização, muito embora, no Brasil, a maior parte das instituições privadas seja voltada exclusivamente, para o ensino de graduação, não havendo preocupação com o enfoque na pesquisa e na extensão.

Em 2004, encontrou-se cenário político adequado para atuar na 'modernização da universidade em um plano mais estrutural, haja vista a criação do grupo interministerial de reforma universitária, que ocorre já na gestão presidencial de Luis Inácio "Lula" da Silva. No mesmo ano de 2004, em cinco de dezembro, o então Ministro da Educação, Tarso Genro, convida o Conselho Nacional da Indústria (CNI) a participar do debate sobre a reforma da educação superior ao que este prontamente responde apresentando sua proposta a partir do documento "Contribuição da Indústria para a Reforma do Ensino Superior". O documento diz que a universidade deve atender às necessidades do setor produtivo e do mercado de trabalho. Também entende que o futuro da indústria está conectado ao sistema educacional e apoia a reformulação das estruturas da educação superior, tendo em vista a realidade econômica brasileira e as mudanças mundiais.

Fica claro que esse discurso defende a teoria do capital humano, bem como a relação educação-desenvolvimento no plano do ensino superior universitário. O governo Lula (2003-2010), apesar de criticar a condução do ensino superior do governo anterior, repetiu as suas características neoliberais e fortaleceu a implementação de projetos sociais. A máquina estatal aumentou o investimento no setor privado do ensino superior, mas com uma bandeira de projeto social. O Prouni é uma ilustração real desse paradoxo, pois viabiliza o acesso à educação superior beneficiando o setor privado. (NEVES, 2002)

O Decreto de 20 de outubro de 2003 constitui oficialmente o processo da reforma do Ensino Superior no governo do presidente Lula, que institui o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com a competência de analisar a educação superior no Brasil, apresentando um plano de ação voltado para a reestruturação, desenvolvimento, democratização das Ifes. Desse grupo faziam parte o Ministério da Educação, a Casa Civil, a Secretaria Geral da Presidência da República, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério da Fazenda. O relatório final do GTI, divulgado extra oficialmente em dezembro de 2003, reconhece a situação crítica do ensino superior no Brasil, em especial das universidades federais, e atribui a crise ao sistema fiscal do Estado, não aprofundando esta afirmativa.

O ano de 2004 trouxe o Prouni, que deveria ter sido lançado em 17 de abril de 2003, mas foi adiado e somente em 10 de setembro de 2004 foi instituído pela Medida Provisória (MP) nº. 213. Logo em seguida, o Decreto no. 5.245, de 18 de

outubro de 2004, regulamentou a MP e a Portaria n. 3.268 de 19 de outubro de 2004, estabelecendo os procedimentos para a adesão das Instituições privadas de Educação Superior ao Prouni. Em 13 de janeiro de 2005, o Prouni foi transformado na Lei n.º 11.096/2005, incentivando as instituições que a ele aderissem com isenção de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social, Contribuição para o Programa de Integração Social.

Em 2004, também foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), pela Lei no. 10.861 de 14 de abril de 2004, que se preocupa com a condução do processo de avaliação da educação superior e se assenta no tripé “avaliação das instituições de ensino superior, dos cursos de graduação e do desempenho dos estudantes.” (SAVIANI, 2007).

Em 20 de julho de 2004, com o Decreto n. 5.154, fica instituída a oferta de educação profissional tecnológica de graduação e a articulação entre os ensinos médio e técnico. E já no final de 2004, foi promulgada a Lei n. 10.973, de 02 de dezembro, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Essa lei beneficia as universidades, pois a elas será repassado o montante principal das verbas de pesquisa.

Também em dezembro de 2004 temos a regulamentação da Lei no. 11.079, com as Parcerias Público-Privadas (PPP), que institui normas gerais para a licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

O ano de 2005 foi marcado pela regulamentação do Decreto no. 5.622 de 19 de dezembro, que trata da Educação a Distância. E no campo do ensino superior, *stricto sensu*, os *Master Business Administration* (MBA) tornam-se grande objeto de procura pelos graduados em Ciências Sociais Aplicadas. Assim, a educação superior brasileira vai-se caracterizando a partir de uma identidade neoprofissional, pragmática, competitiva, submissa ao plano do mercado. Paralelamente a todas as medidas legais supracitadas, ocorre a divulgação de três documentos com o fim de apresentar uma proposta de Reforma da educação Superior. O primeiro documento, intitulado “Reafirmando Princípios e Consolidando Diretrizes”, datado de 02 de agosto de 2004, discorre sobre a reafirmação dos princípios e a consolidação das diretrizes presentes no relatório do GTI. O segundo, de 03 de dezembro de 2004, apresenta a primeira versão do Anteprojeto de lei do MEC para a reforma do ensino

superior e o terceiro, divulgado em maio de 2005, dá nova versão ao Anteprojeto anteriormente citado, para clarear certos detalhes no que tange à questão do financiamento das Ifes.

### **1.3. Políticas de Assistência Estudantil.**

Em finais da década de 1980, surgem duas grandes frentes políticas de discussão sobre as questões educacionais, em especial sobre as questões relativas à assistência estudantil: em 1987, o Fórum Nacional de Pro-Reitores de Assuntos Comunitários Estudantis (Fonaprace) e, em 1989, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Esses dois fóruns defendiam a integração regional e nacional das instituições de ensino superior na perspectiva do direito social, além da de proporcionar aos estudantes as condições básicas para a sua permanência e conclusão do curso, contribuindo e prevenindo a retenção e evasão decorrentes das dificuldades socioeconômicas dos estudantes de baixa renda.

As políticas públicas, principalmente as educacionais, influenciam a construção do conceito de cidadania e a imagem de homem e de mundo que se deseja alcançar no processo civilizatório moderno, como também no espaço privado cotidiano da vida. Entende-se que há um compromisso social das universidades públicas federais em relação ao discente a elas vinculado e que este, apresentando algumas demandas sociais, poderá ser atendido. Dando continuidade a essa análise, pode-se afirmar que a vida privada e pública dos técnicos, docentes e discente é prejudicada por diferentes demandas do mundo do trabalho. Buscando compreender como o programa de saúde mental *Saudavelmente* pode contribuir na inclusão ou exclusão desse discente dentro da UFG, faremos uma análise geral das políticas de assistência estudantil.

A assistência estudantil, enquanto mecanismo de provimento de um direito social tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante desenvolva-se perfeitamente bem durante a graduação e obtenha bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matrícula (ROCHA, 2003).

Segundo Araújo (2003, p.99),

A discussão sobre assistência estudantil é de grande relevância; o Brasil é um dos países em que se verificam as maiores taxas de desigualdades sociais, fato visível dentro da própria universidade, onde um grande número de alunos que venceram a difícil barreira do vestibular já ingressou em situação desfavorável frente aos demais, sem ter as mínimas condições socioeconômicas de iniciar, ou de permanecer nos cursos escolhidos. Além do que, percebemos que a assistência estudantil pode ser trabalhada sob diferentes perspectivas: de um lado como direito e de outro, com investimento.

Segundo Barreto (2005), o compromisso social dentro do processo interno da UFG não se circunscreve ao acesso ao Ensino Superior: São necessários “olhares” para garantir a igualdade de oportunidades na perspectiva do direito social, assegurar os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico prevenindo e erradicando a retenção e a evasão escolar, fazer as reformas das casas do estudante, promover a bolsa estágio e outros. Portanto, torna-se importante conhecer as políticas de educação superior públicas e o programa de inclusão.

O Governo Federal, respondendo aos movimentos sociais que reivindicaram o cumprimento do direito social em relação ao acesso à educação superior e à permanência nela, vem implementando, nos últimos anos, algumas políticas públicas que permitam a inclusão da demanda de indivíduos de baixa renda que não possuem condições socioeconômicas de frequentar um curso superior. Na atualidade, podem-se destacar, na educação superior, quatro políticas de acesso e inclusão: O Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies), Programa Universidade para Todos (Prouni), Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e a Política de Ação Afirmativa. (COSTA, 2010)

O FIES financia os cursos de graduação na instituição privada cadastrada no Programa para estudantes que estejam regularmente matriculados e não possuam condições financeiras para arcar com os gastos de sua formação; tem uma avaliação positiva do MEC, Foi criado em 1999, através da Medida Provisória n.º 1.827, para substituir o Programa de Crédito Educativo. Seu órgão financiador é a Caixa Econômica Federal e funciona da seguinte forma: os estudantes atuam como fiadores uns dos outros em pequenos grupos. O prazo para quitação da dívida passa a ser duas vezes a duração do curso, com prazo de seis meses de carência para o início do pagamento do empréstimo.

No Prouni, o processo de seleção acontece por meio da nota obtida no Enem e é destinado aos egressos da rede pública. Os estudantes com menor poder aquisitivo recebem um incentivo à permanência nas instituições através da Bolsa Permanência. O estudante pode financiar através da Caixa Econômica Federal, por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior, a mensalidade que não for coberta pela bolsa do programa.

O REUNI foi instituído pelo decreto n.º 6.096 de 24 de abril de 2007 e seu objetivo é dar condições para que as universidades federais ampliem o acesso e garantam a permanência dos estudantes na educação superior, melhorem os cursos de graduação, a infraestrutura física e os recursos humanos. Enfatiza questões como a criação de cursos noturnos e as licenciaturas como meio de formar professores aptos para lecionar na educação básica.

A Política de Ação Afirmativa foi implementada em 2001 no âmbito das instituições de ensino superior públicas. Trata-se da reserva de vagas no processo seletivo para negros, pardos, indígenas e alunos oriundos de escolas públicas. Essa política apresenta quatro modelos: as cotas raciais (afrodescendentes e indígenas), as cotas sociais (alunos oriundos de escolas públicas ou de baixa renda). As cotas raciais e sociais conjugam os dois critérios anteriores e o modelo de acréscimo de bônus no vestibular. (MORCHE, 2009). As ações afirmativas não implicam acréscimo de vagas, mas há um redimensionamento dos candidatos que a elas teriam direito por mérito. Mesmo não sendo em número suficiente para abarcar o ensino superior como umas todas as ações afirmativas têm sido efetivadas. A UFG abriu, em 2007, três cursos: Direito para o campo, oferecido para assentados e pequenos agricultores; Licenciatura Intercultural. Dedicada à formação de professores indígenas e Pedagogia da Terra, para trabalhadores assentados que atuam como professores nos assentamentos. (UFG, 2008).

O Jornal da TV Cultura, em edição de 13 de Março de 2008, anunciou a realização da primeira colação de grau da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares, a Unipalmares, localizada em São Paulo, que reserva 50% de suas vagas a afrodescendentes e na qual, atualmente, 87% dos alunos se declararam negros.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) faz a seguinte consideração quanto à inclusão social:

A expansão da educação superior não teve apenas um sentido de ampliação geográfica, mas também um sentido de ampliação social, movimento por meio do qual foram incorporados setores sociais, antes excluídos desse grau de formação. A classe média baixa e os trabalhadores foram atraídos, sobretudo, pelas instituições privadas que passaram a lhes oferecer cursos mais breves, mais baratos, e em tese, mais afinados com sua destinação profissional. (2006, p.16)

Vale ressaltar que ficou estabelecido no Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2000) que, até o ano de 2011, o índice de discentes no ensino superior oriundos das classes menos favorecidas aumentasse de 11% ou 12% para 30%. No entanto, também é importante ressaltar, nesse sentido, que a realização de um curso superior culmina na conquista de um título com uma preparação específica para enfrentar o mundo do mercado de trabalho dentro do modelo capitalista neoliberal.

Na legislação brasileira, a educação é concebida como direito fundamental, universal, inalienável, instrumento de formação para o exercício da cidadania e de emancipação social, tendo como comprometimento primordial a formação integral do ser humano.

Entretanto, no contexto sociocultural brasileiro, o que observamos é que, historicamente, a educação, apesar das intenções preconizadas nos inúmeros instrumentos jurídicos, não tem sido um direito exercido por todos os cidadãos.

De acordo com Gadotti: “as classes populares, no Brasil, sempre estiveram à margem do poder. Em consequência, as aspirações populares, em matéria de educação, não encontram ressonância: a educação é eminentemente elitista e antipopular” (1981, p.5).

Contudo, apesar de organizar-se em um sistema elitizado, de apresentar falhas e de ser excludente, a educação não deixa de ter “por finalidade a formação de sujeitos capazes de pensar por si mesmos a partir do domínio dos bens culturais produzidos socialmente” (BACKX, 2006, p.122). Nesse sentido, como afirma Alves,

A Universidade tem a tarefa de formar agentes culturais mobilizadores que usem a educação como instrumento de luta pela ampliação dos direitos humanos e pela consolidação da cidadania. [...] Por isso há necessidade da democratização do Ensino Superior, democratização essa voltada não apenas a ações de acesso à universidade pública gratuita, como também com mecanismos para a permanência, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso. (2002, p.29)

Sendo assim, ela transita em todas as áreas dos direitos humanos, compreendendo ações que proporcionem desde as ideais condições de saúde, o acesso aos instrumentais pedagógicos necessários à formação profissional, nas mais diferentes áreas do conhecimento, o acompanhamento das necessidades educativas especiais, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros.

Existe um posicionamento crítico no âmbito universitário segundo o qual, mesmo que se faça prevalecer o direito de acesso à universidade, o modelo neoliberal dita ordens, pois é o mercado que estabelece os investimentos para atendê-lo.

Com base nos resultados da pesquisa, constatou-se que a maioria dos estudantes é composta de jovens mulheres, solteiras, sem filhos, que residem com seus familiares, têm como provedor o genitor e utilizam regularmente o transporte coletivo. Normalmente, procuram as Ifes por causa da gratuidade e da qualidade de ensino, buscando desenvolver suas aptidões pessoais com o ideal de contribuir para mudar a sociedade. Leem pouco, informam-se através dos telejornais, divertem-se dançando e frequentando barzinhos, envolvem-se pouco com movimentos sociais, têm a atividade física como lazer e preferência pela caminhada. Existe uma parcela de alunos que migrou para estudar e que não gozam seu cotidiano do convívio familiar.

Os resultados da pesquisa nas Ifes demonstram, ainda, os principais indicadores sociais de sobrevivência: moradia, alimentação, transporte, saúde, gênero, manutenção e trabalho. O local de moradia antes do ingresso do estudante na universidade torna-se um importante indicador de qualidade e condições de vida. A pesquisa apontou que 34,79% dos estudantes se deslocam de seu contexto familiar ao ingressarem na universidade, o que demonstra a necessidade de moradia e de apoio afetivo, pelo fato de muitos deles se encontrarem fora de sua casa, longe de seus familiares. No que concerne à alimentação, o Restaurante universitário (RU) constitui importante instrumento de satisfação dessa necessidade educativa básica, de ação social e de convivência universitária.

Fica evidenciada, assim, a necessidade de se criarem, manterem e ampliarem os programas que garantam o apoio à alimentação dos estudantes de baixa renda, principalmente, os serviços dos restaurantes universitários, como forma

de garantir sua permanência no campus, dando-lhes oportunidade de aperfeiçoar o seu tempo de vida acadêmica e contribuindo para seu melhor desempenho e formação integral. Dada sua importância para a vida acadêmica, é fundamental que o RU seja, também, espaço gerador de atividades de ensino, pesquisa e extensão, tornando-se esse ambiente, o espaço para pesquisas, estágios em todas as áreas do conhecimento acadêmico, e não espaço somente para alimentação.

A conciliação entre o trabalho e o estudo é uma condição que se constata em todas as categorias socioeconômicas, embora o percentual de estudantes que exercem atividades não acadêmicas remuneradas seja mais elevado nas categorias provenientes das classes populares. Com base no relatório do Fonaprace, verificou-se que a inserção dos estudantes em atividades acadêmicas remuneradas é tímida, pois apenas 16,83% do universo pesquisado participavam desses programas.

A tendência à busca da automanutenção apresentada pelos estudantes, aliada à baixa oferta de programas acadêmicos remunerados, aponta para a necessidade de ampliação desses programas, estimulando-se, dessa forma, a inserção dos estudantes de baixa renda nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, respeitado o desempenho acadêmico.

A maioria dos discentes – 60,60% - utiliza o transporte coletivo para o deslocamento até a universidade. Isso indica a necessidade de políticas públicas articuladas com os órgãos responsáveis pelo transporte urbano a fim de garantir o acesso aos campi a custos baixos.

Os discentes das categorias de maior vulnerabilidade social são os que mais frequentam os serviços públicos de saúde. Em relação à frequência a consultas odontológicas, eles procuram o dentista apenas em casos de emergência ou eventualmente, o que indica uma saúde bucal precária.

Apesar de a pesquisa não ter detalhado itens mais específicos da saúde, levando-se em conta que 21,41% dos estudantes têm menos de vinte anos, podem ser identificados alguns temas considerados desafiadores para essa faixa etária, que demandam programas de saúde específicos como: prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, planejamento familiar, saúde mental, dependência química e saúde bucal.

As universidades, tanto as públicas como as privadas, que mantêm programas de assistência e realizam acompanhamentos do desempenho acadêmico desses discentes, constataram que o rendimento escolar médio foi estatisticamente

igual ao dos discentes provenientes de camadas sociais de maior poder aquisitivo, o que comprova ser compensador investir na melhoria das condições e da qualidade de vida dos discentes universitários carentes.

O Fonaprace solicitou, ao final de 1999, a inclusão da Assistência Estudantil no Plano Nacional de Educação (PNE), que determinou a adoção de programas de assistência estudantil, tais como: bolsa trabalho ou outras, destinadas a apoiar os discentes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico.

Outro ponto importante de apoio aos discentes é o Projeto de Lei n. 1018/99, do Deputado Nelson Pellegrino, que trata da Política Nacional das Moradias Estudantis, resgatando o projeto original n. 4633/94 do então Deputado Koyu Iha. É consenso que, para os alunos poderem desenvolver-se em sua plenitude acadêmica, faz-se necessário associar à qualidade de ensino uma política efetiva de assistência, em termos de moradia, alimentação, saúde, transporte, cultura, lazer e outros. Para o desempenho de seu papel social, o discente universitário precisa igualmente, de material didático, equipamentos de aprendizagem prática, de acesso à informação e oportunidades de participação em eventos acadêmicos e culturais.

Finalmente, em 12 de dezembro de 2008, foi implantado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) como uma das ações oriundas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), elaborado e implantado no primeiro mandato do governo Lula, tendo como objetivo atender os discentes matriculados em cursos de graduação presencial das Ifes, visando a promover apoio à permanência e conclusão dos discentes de baixa condição socioeconômica.

O programa estabelece em seu artigo 1º, parágrafo único: compreendem-se como ações de assistência estudantil iniciativas desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - assistência à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche e IX - apoio pedagógico.

Em relação ao financiamento, ficou determinado que a verba fosse repassada às Ifes, que seriam responsáveis pela implantação das ações e pela definição dos critérios de seleção dos alunos a serem beneficiados pelos projetos.

A implantação do Pnaes representou um marco histórico na área da assistência estudantil, pois foram anos de reivindicações de diversos movimentos sociais para que essa temática recebesse atenção especial, uma vez que é sabido que os estudantes de baixa condição socioeconômica acabam abandonando o curso em decorrência da insuficiência de recursos financeiros para sua manutenção,

sendo, então, obrigados a submeter-se a subempregos de baixa remuneração como recurso de sobrevivência, abandonando, em alguns casos, em definitivo, a chance de qualificação profissional.

Parece prematuro tirar conclusões a respeito do Pnaes, mas se pode afirmar que, ao longo da história da educação, esse tipo de iniciativa e incentivo financeiro governamental foi almejado por todos os profissionais que atuam na área da educação, em especial os profissionais que atuam diretamente com a assistência estudantil nas Ifes. Então, todos os esforços estão sendo concentrados para que o processo de implantação ocorra de forma eficiente e que a busca pelos resultados seja o objetivo principal, para que o Pnaes se firme como política pública efetiva. (COSTA, 2010)

É nesse atual contexto que a UFG, instituição federal de ensino superior, está inserida. No desenvolvimento de uma política social para o seu público interno, a UFG possui os programas e projetos sociais desenvolvidos pela Procom.

O Programa *Saudavelmente* foi criado pela Procom em 2003, a partir do programa de Saúde Mental, que será descrito em capítulo posterior, para atender a comunidade universitária com dificuldades em Saúde Mental.

## **Capítulo 2 - Política de Assistência Estudantil na UFG**

A Constituição Brasileira de 1988 trouxe alguns benefícios para a Educação Superior, como a determinação de aplicação de 18% da receita anual de impostos federais para o desenvolvimento da educação, a consolidação da gratuidade da educação pública, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a autonomia das universidades, o regime jurídico único dos servidores civis da União e a garantia de que a educação é direito de todos, conforme consta no Artigo 205: é dever do Estado e da família, visando ao desenvolvimento do indivíduo, seu preparo para o exercício da cidadania, e sua qualificação laboral. No entanto, o acesso à educação superior não foi universalizado: nem todos que gostariam de ingressar em um curso superior têm esse direito garantido.

Considera-se que as IFES têm um compromisso social com os discentes que apresentam demandas sociais e que cabe a elas cumprir sua missão de gerar, sistematizar, bem como socializar o conhecimento e o saber, formando profissionais e cidadãos capazes de contribuir para o projeto de sociedade justa, igualitária. Isso implica sua capacidade de atuar na solução ou, no mínimo, na ajuda para a solução da questão da saúde mental dos discentes.

### **2.1 - Histórico da UFG**

A UFG foi criada no dia 14 de dezembro de 1960 pela Lei n.º 3.834C com a reunião de cinco escolas superiores existentes em Goiânia: a Faculdade de Direito, a Faculdade de Farmácia e Odontologia, a Escola de Engenharia, o Conservatório de Música e a Faculdade de Medicina. Em 1968, com a reforma universitária, foram reestruturadas, tendo sido criados institutos básicos e faculdades (UFG/PRODIRH, 2012).

Para os cidadãos goianos, a criação da universidade federal significou a oportunidade de se formarem intelectualmente como profissionais em uma instituição pública, gratuita, e para o Estado de Goiás representando um marco na sua história.

Essa vitória da sociedade goiana foi antecedida por um processo que demandou grandes esforços por parte de professores e estudantes da época. Em 1959, os docentes das escolas que constituíram a UFG na sua fundação formaram o que se denominou Comissão Permanente para a Criação da Universidade do Brasil Central, presidida pelo professor Colemar Natal e Silva, então diretor da Faculdade de Direito de Goiânia. O objetivo era formular um projeto de criação da universidade para ser encaminhado ao Congresso Nacional (UFG/PRODIRH, 2012).

Em paralelo à mobilização dos professores, os estudantes goianos envolveram-se em um movimento vigoroso pela criação de uma universidade pública mantida pelo Governo Federal. Em abril de 1959, foi constituída a Frente Universitária Pró Ensino Federal, que promoveu reuniões, audiências e debates com autoridades em assembleias ou congressos estudantis, bem como organizou passeatas e comícios reivindicatórios (UFG/PRODIRH, 2012).

Ao projeto dos professores associaram-se colaborações dos parlamentares goianos, que o transformam em projeto de lei. No dia de 18 de dezembro de 1961, em cerimônia realizada na Praça Cívica, que reuniu milhares de pessoas, o presidente Juscelino Kubitschek assinou o ato de criação. A aula inaugural ocorreu no ano seguinte, no dia 7 de março, em solenidade que lotou o Teatro Goiânia (UFG/PRODIRH, 2012).

Para a elaboração de um projeto pedagógico, a UFG realizou a Semana de Planejamento, que reuniu expositores e personalidades importantes da área cultural e pedagógica do país, como os sociólogos Darcy Ribeiro e Ernesto de Oliveira Júnior (UFG/PRODIRH, 2012).

Desse evento resultou o propósito de a UFG superar o modelo clássico de ensino que vigorava no Brasil, para se aproximar mais da realidade contemporânea mundial. Por conseguinte, “a instituição deveria ser um centro de transformação pedagógica, cultural, social e política, inspirada na cultura e sem concepção ideológica pré-concebida”, segundo palavras do então reitor Colemar Natal e Silva. Concorreram para a materialização dessa ideia a intensificação da vida cultural da universidade e uma maior integração entre estudantes, professores e a comunidade (UFG, 2012).

A UFG é, pois, uma instituição de ensino superior com 51 anos, com a missão de “gerar, sistematizar, socializar o conhecimento e o saber, formando profissionais e indivíduos capazes de promover a transformação e desenvolvimento da

sociedade”. (UFG, 2012). As suas divisões técnicas e sociais do trabalho influenciam os gestores e a comunidade universitária: técnicos, docentes e discentes. Como consta de seu organograma, a UFG é composta pela Reitoria, seis Pró-reitorias (Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação, Extensão e Cultura, Administração e Finanças, Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos e Assuntos da Comunidade Universitária) e órgãos administrativos, complementares e suplementares (UFG, 2012).

As unidades acadêmicas estão localizadas em dois campi em Goiânia (Colemar Natal e Silva e Samambaia) e quatro outros no interior, nas cidades de: Jataí, Catalão, Goiás e Firminópolis.

Os últimos dados oficiais, da Pró-Reitoria de Recursos Humanos – UFG, 2010, informam que há na UFG 16.233 estudantes regularmente matriculados na graduação, modalidade presencial; 1521 matriculados nos mestrados; 570 nos doutorados; 2244 técnicos efetivos e 2404 docentes efetivos (UFG, 2012).

No interior da composição estrutural da UFG, a Procom é o órgão responsável pela gestão das políticas públicas dentro da universidade. Assim, a assistência estudantil está diretamente vinculada essa Pró-reitoria.

No âmbito da UFG, como Instituição de Ensino Superior, à qual o ingresso dos discentes se dá por meio do concurso vestibular, cumprindo seu papel junto à sociedade de desenvolver as potencialidades culturais, intelectuais nos discentes ingressos, foi instituído o sistema de cotas, através Programa “UFG Inclui”, entre outros.

Esse programa foi aprovado pelo Conselho Universitário (CONSUNI) da UFG em 08/08/2008, de modo que, a partir de 2009, o vestibular da UFG prevê que do total de vagas em cada curso 10% sejam ocupadas por discentes oriundos de escolas da rede pública, independentemente de raça ou de cor, e 10% do total de vagas dos cursos sejam ocupadas por discentes autodeclarados negros, passíveis de sofrerem discriminação racial. Em ambos os casos, os candidatos devem ter frequentado os últimos dois anos do ensino fundamental e os três anos do ensino médio em escola de rede pública.

O critério para estudantes negros é o da autodeclaração, pois segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o grupo dos “negros” é constituído por negros e pardos. O candidato faz, no ato da inscrição, a opção pelo sistema universal ou pelo Programa “UFG Inclui”.

Além do sistema de cotas, o programa “UFG Inclui” prevê uma vaga adicional em cada curso para índios e negros quilombolas, caso haja demanda específica, e a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é considerada dentro do processo seletivo da UFG.

A UFG, no desenvolvimento de uma política social para o seu público interno, possui os seguintes programas e projetos sociais desenvolvidos pela Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária (Procom) que buscam atender à Política de Assistência Estudantil: Programa de Bolsa Estágio, Projeto de Moradia Estudantil, Programa de Isenção de Taxas Acadêmicas, Programa de Apoio a Eventos, Creche-espaço Universitário de Educação Infantil, Serviço Odontológico, Serviço de Nutrição, Projeto Lazer, Programa Bolsa Alimentação, Programa *Saudavelmente*. (BARRETO, 2005).

## **2.2. A Assistência Estudantil na Procom-UFG**

A Assistência Estudantil tem sua origem, no Brasil, na década de 1930 com programas de alimentação e moradia universitária. À época a economia brasileira desloca-se da atividade agroexportadora para a industrial e tem início o capitalismo industrial nacional. A implantação das indústrias passa a exigir mão de obra especializada, o que leva o então Presidente Getúlio Vargas, num governo provisório, a criar o Ministério da Educação e Saúde Pública, pasta para a qual é nomeado Francisco Campos, cuja posse ocorreu em 18/11/1930.

A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública deu-se pelo Decreto n.º 19.402, de 14/11/1930. Essa iniciativa permitiu ao governo provisório uma atuação objetiva em relação aos problemas educacionais do país. Logo, em 1931, o governo provisório sanciona decretos organizando o ensino superior nas universidades, ainda inexistentes no Brasil. Esses decretos ficaram conhecidos como Reforma Francisco Campos. (INEP, 1992, p.291-321).

A Política de Assistência Estudantil vem sendo implementada por entidades engajadas na luta pela efetivação dos direitos na área da educação, bem como na defesa da Assistência Estudantil como política pública fundamental, não só de permanência, mas também de formação completa dos estudantes. Para isso ela

está formatada em bases legais. (LEHER, 2004) Na Seção I. Da Educação, da Constituição Federal / 1988, Art. 206 reza: O ensino será ministrado com bases nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

A LDB de 1996 determina em seu Art.2.º:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

As medidas para a garantia dessa igualdade de acesso no que diz respeito ao ensino superior estão estruturadas a partir de diversos planos, programas, projetos e associações que integram a política nacional de educação superior brasileira, a fim de que se garantam os direitos e deveres instituídos pela Constituição Brasileira de 1988. O PNE, instituído pela Lei n.º 10172/2001, tem como um de seus objetivos e metas estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico. O Sinaes, instituído pela Lei 10861/2004, diz em seu Art. 3.º que a avaliação da educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos, setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre as quais se insere, obrigatoriamente a “ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil”.

Já o Reuni, criado pelo Decreto 6096/2007, determina em seus artigos 1º e 2º:

Art. 1.º O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais tem por objetivo criar condições para ampliação de acesso e permanência na Educação Superior. [...] Art. 2.º O Programa terá as seguintes diretrizes, dentre outras: [...] V- ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil.

Também, o Pnaes, a Portaria normativa n.º 39, de 12/10/2007 e o Decreto n.º 7234, de 12/10/2010 dedicam-se à importante questão da assistência estudantil. Já a Andifes, criada em 23/05/1989 tem entre seus objetivos: garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos discentes das Ifes na perspectiva da inclusão social, da formação ampliada, da produção de conhecimento, da melhoria

do desempenho acadêmico e da qualidade de vida; garantir que recursos extraorçamentários da matriz orçamentária anual do Ministério da Educação e Cultura destinada às IFES sejam exclusivos à Assistência Estudantil.

A UFG, através da Procom, como órgão responsável pela gestão das políticas sociais no interior da universidade, desenvolve os seguintes programas e serviços de Assistência Estudantil: (Fonte: Relatório da Coordenação do Serviço Social, PROCON/UFG, 2006, p. 6-8).

- **Programa de moradia estudantil:** historicamente, esse programa tem tido por objetivo assegurar a permanência dos estudantes de baixa renda na universidade, concebida como espaço político-pedagógico, buscando fortalecer o processo de organização dos estudantes. Soma 314 vagas. Goiânia possui quatro casas de estudantes (CEU): as CEU I, III e IV vinculadas à UFG; a CEU II vinculada à Pontifícia Universidade Católica de Goiás; CEU Samambaia no Campus II com 150 vagas. São requisitos básicos para participação no programa ser estudante de baixa renda, regularmente matriculado nos cursos de graduação ou pós-graduação *strictu sensu* (prioridade para graduandos) da UFG; ser procedente de cidades do interior de Goiás ou de outros estados, impossibilitado de arcar com as despesas de moradia. O processo de identificação de novos moradores (seleção) se dá após o início do semestre letivo.

- **Programa de bolsa alimentação:** o restaurante universitário está terceirizado desde abril de 2004, tendo tido origem nesse mesmo ano a bolsa alimentação para viabilizar aos estudantes de graduação de baixa renda a isenção de pagamento de refeições nos restaurantes universitários (RUs). Os discentes poderão solicitá-la após a efetivação da matrícula.

- **Programa de bolsa permanência:** anteriormente, durante a década de 1990, era denominada Bolsa Estágio. Atende estudantes de baixa renda dos cursos de graduação da UFG e busca contribuir para sua permanência na universidade. O critério principal para participação é que as atividades sejam desenvolvidas na área de formação acadêmica do bolsista.

Os recursos financeiros do Programa são provenientes do Pnaes e os bolsistas são remunerados mensalmente com o valor de R\$ 360,00 para uma carga horária de vinte horas semanais. A bolsa tem por objetivos: contribuir para a formação acadêmica dos estudantes e ser instrumento de sua permanência na

Universidade; fornecer bolsa financeira e possibilitar aos bolsistas oportunidades de vivenciarem a relação teoria-prática na área de sua formação.

- **Programa de bolsa estágio:** destinado à complementação educacional e de prática profissional dos estudantes da UFG, cuja adesão dá-se por estudantes de baixa renda, movidos pela necessidade de ter alguma renda durante o curso, pois o valor da bolsa não é atraente para os demais.

- **Programa de Incentivo à participação do estudante em eventos científicos e culturais:** Esse programa tem por objetivo conceder passagens terrestres para estudantes de graduação que queiram participar de atividades científicas, culturais e políticos-estudantis em âmbito nacional.

- **Programa Creche:** a creche é um espaço de educação infantil instalado no Campus Samambaia, que atende crianças de zero a quatro anos e onze meses, filhos de servidores (docentes e técnico-administrativos) e de estudantes. As vagas são distribuídas em 33,33% para cada categoria de vínculo com a UFG. O processo de inscrição e seleção é feito no início do ano letivo, na Coordenação do Serviço Social da Procom.

- **Programa Serviço Odontológico:** atua na promoção da saúde oral da comunidade universitária em atividades de educação, prevenção e cura. O Serviço atende servidores, seus dependentes e estudantes da UFG, nas especialidades: clínica geral, endodontia, radiologia e prótese.

- **Programa isenção de taxas:** a isenção de taxas acadêmicas é feita para facilitar o acesso e possibilitar a permanência do estudante de baixa renda na UFG.

- **Programa Serviço de Nutrição:** supervisiona o serviço de nutrição **terceirizado** do restaurante universitário, bem como assegura os estágios curriculares em Alimentação Institucional e Educação Nutricional para o curso de Nutrição da UFG e supervisão do Setor de Nutrição da creche.

- **Projeto de lazer:** criado para proporcionar aos moradores das casas do estudante momentos de lazer gratuito na sede do clube dos servidores da UFG.

- **Programa Saudavelmente:** programa organizado pela Procom em 2003, a partir do Programa de Saúde Mental. Consiste em vários projetos de assistência, de prevenção e capacitação na área de Saúde Mental, conforme será descrito no próximo capítulo.

De acordo com o aqui exposto, existe o esforço da Procom/UFG para responder ao compromisso social da UFG frente à demanda dos estudantes em situação de vulnerabilidade social relativo à saúde mental, física, emocional, à alimentação, às condições socioeconômicas, ao estudo, à moradia, ao lazer, buscando saídas institucionais para, na medida do possível, atender a essas demandas, provendo, assim, o direito dos estudantes à assistência. Enfim, a Procom busca construir a cidadania e responder ao compromisso social em conformidade com as exigências legais descritas anteriormente.

Também não se poderia deixar de mencionar a Coordenação de Serviço Social da Procom, que tem como finalidade contribuir para a promoção da política social no âmbito da Universidade. Para isso, ajuda no desenvolvimento dos programas sociais e de assistência aos servidores e estudantes.

É notório que os discentes universitários de baixa renda buscam, através desses programas, a inclusão social e, conseqüentemente, ajuda para sua permanência no curso com vistas à sua conclusão e, é evidente, à inserção no mercado de trabalho, o que lhes proporcionaria ascensão social.

Torna-se também perceptível que as orientações dos programas da Procom-UFG se valem das orientações do Fonaprace para a implementação da assistência estudantil, pois suas atividades se destinam a um público específico, que, na maioria das vezes, são os discentes carentes de recursos econômicos. A preocupação é sempre a de garantir os direitos sociais, sem assistencialismo, na perspectiva de viabilizar a permanência dos alunos na universidade e contribuir para a criação das condições que lhes permitam mudar sua condição dentro dela e concluir o curso almejado.

Durante o percurso nesse período de serem universitários vários são os mundos significativos. Os padrões de comportamento do indivíduo são resultados da interação entre o homem e o meio em que vive. Assim, os conflitos podem aparecer no comportamento individual, no comportamento em grupo, na maneira de se realizar uma tarefa ou encaminhar solução para os problemas que surgem no meio universitário, também sujeito a riscos. Seriam esses riscos os motivos para a busca, por exemplo, do programa *Saudavelmente*? Ou seriam esses riscos danosos à saúde mental dos estudantes universitários que buscam o *Saudavelmente*? O que é o *Saudavelmente*? Qual é sua contribuição para a saúde mental do discente que o busca?

### **2.3. O perfil dos discentes das IFES segundo o FONAPRACE**

Segundo o Fonaprace (2011), na significativa migração ascendente ocorrida entre as classes sociais nesses oito últimos anos, verificou-se a manutenção do índice de 44% de discentes das classes C, D e E nas IFES, de 1996 a 2011. Esse dado revela a importância das ações afirmativas de inclusão e permanência resultantes dos maciços investimentos em Assistência Estudantil nos dois mandatos do Governo Lula (2003-2010).

O Fonaprace, órgão assessor da Andifes realizou uma pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das IFES em três períodos distintos, sendo o primeiro em 1996-1997. Após seis anos, nos anos 2003-2004, realizou o segundo momento da pesquisa e, em 2010, o terceiro. Essa pesquisa indicou parâmetros para melhor definir as diretrizes para a elaboração de programas e projetos a serem desenvolvidos pelas IFES no Brasil. A etapa de 2010 mostra não terem sido alterados os índices anteriores compreendidos em 1996-1997 e 2003-2004, com exceção do percentual de discentes de raça/cor/etnia negra, que aumentou significativamente: 8,7% em 2010 contra 5,9% em 2004, ampliação de quase 50%. (FONAPRACE, 2011)

Evidenciou-se, também, a necessidade de se observar a saúde mental dos estudantes de ensino superior. Isso porque a pesquisa realizada pela por meio do Fonaprace, em 2004 e 2010, revelou que 39% dos estudantes das instituições federais de ensino superior passam por alguma dificuldade emocional. Segundo o diagnóstico, realizado pelo psicólogo Marcelo Tavares, professor da UnB, dos 39% de estudantes com crises psicológicas, pelo menos 5,5% faz uso de medicamento psiquiátrico e 24% já procuraram ajuda psicológica. Além disso, estima-se que entre 10 a 20% dos estudantes das universidades federais estejam em processo agudo de crise, que requer apoio psicológico imediato.

Pode-se, portanto, considerar que as atitudes positivas em relação a si próprias fazem com que o indivíduo consiga perceber seu crescimento pessoal nas diversas dimensões: cognitiva, emocional, profissional, afetiva, promovendo sua auto-realização pessoal num processo altruísta, entendido como o processo de dar significação à vida, reconhecer as próprias necessidades, reconhecer o próprio

potencial. Esse processo abrange também, a integração interpessoal, seja no lar, no local de trabalho, na universidade; e até mesmo diante de sentimentos hostis e de competição impostos pelo mundo moderno, capitalista, no qual estamos inseridos. É nesse processo que também se estabelece ou se desenvolve a personalidade dos indivíduos e sua autonomia e autodeterminação diante do mundo, diante de si mesmos, bem como se desenvolvem as habilidades sociais que lhes permitem perceber de forma mais apurada a realidade de vida, inclusive com domínio ambiental. Os vínculos interpessoais positivos, recíprocos, levam os indivíduos a essa competência social. Enfim, reconhecer as dificuldades num processo de enfrentamento das questões básicas do ser, da vida.

Os problemas mais frequentes de saúde mental no mundo moderno são a ansiedade, o mal estar psicológico, o stress continuado, a depressão, a dependência química, o alcoolismo, a perturbação psicótica, o atraso mental, transtorno de adaptação, o transtorno de humor, o transtorno bipolar e o pânico. Destes, a depressão é a doença mental mais frequente no mundo capitalista contemporâneo, sendo causa importante de incapacitação produtiva. (BLEGER, 1989). É essa a abordagem que assumimos para uma maior compreensão do que venha a ser Saúde Mental quando discorrermos sobre o Programa *Saudavelmente*.

### **Capítulo 3 - O Programa de Saúde Mental “Saudavelmente”**

No ano de 1987, inicia-se entre os profissionais da Coordenação do Serviço Social da Procom-UFG um processo de discussão que buscava alternativas para o alcoolismo verificado entre servidores, com grave repercussão dentro do ambiente de trabalho da Universidade, principalmente no que diz respeito ao absenteísmo. A demanda junto ao Serviço Social da Procom aumentava, principalmente porque os problemas comportamentais, os desequilíbrios emocionais de alguns servidores da Universidade aumentavam os índices de absenteísmo nas unidades de trabalho. Conseqüentemente, trazia a queda na produtividade, dificuldades de relacionamento interpessoal entre colegas e com as chefias. Tal fato impulsionou a equipe de Assistentes Sociais a executar um trabalho de atendimento, abordando o alcoolismo.

A necessidade de se buscarem caminhos para prestar assistência aos alcoolistas levou também à percepção de que não só havia usuários de drogas lícitas como o álcool e o tabaco, mas também das ilícitas como maconha e cocaína. Conceitualmente, o que parecia ser um atendimento só para os servidores foi tomando uma dimensão maior, ou seja, foi aparecendo uma nova demanda de estudantes com problemas além do alcoolismo ou outras drogas: questões relacionadas ao equilíbrio emocional, tão necessária para as relações interpessoais no ambiente de trabalho como no ambiente acadêmico e na manutenção da produtividade e redução do absenteísmo. Havia uma nova demanda de servidores e estudantes com depressão, angústia, dificuldade de adaptação e outros problemas psicológicos.

Assim, no ano de 1988 iniciam-se as bases para um Programa de Saúde Mental na Procom, com o trabalho das assistentes sociais da instituição junto aos servidores e chefias, despertando-os para o tratamento do alcoolismo na perspectiva de um processo educativo.

À época, as assistentes sociais da Procom, movidas pelas situações crescentes de alcoolismo entre servidores, começaram a trabalhar com a problemática, buscando estimular o encaminhamento dos servidores para tratamento junto à equipe que, aos poucos, vinha constituindo-se na universidade.

Nos casos de internação, quando necessária, procedia-se a encaminhamentos junto à rede pública de atendimento à saúde mental. (SOUSA et al, 2007, p.3)

É lógico que, como no início de qualquer trabalho, há um crescimento gradativo e, com esse, não seria diferente. No ano de 1994, com o apoio de uma psicóloga do Departamento de Recursos Humanos (DDRH) da UFG, forma-se a primeira equipe multiprofissional, com a participação de uma médica psiquiatra e de uma nutricionista.

No decorrer do processo, para amadurecimento da concepção dos gestores sobre saúde mental, e por causa dela, aconteceu, na UFG, em 1994, o I Encontro das Ifes da Região Centro-Oeste sobre prevenção e tratamento do alcoolismo e outras dependências químicas. Desse encontro participaram profissionais da UFG, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e da Universidade Federal do Mato Grosso, O Encontro teve como objetivo, além de discutir políticas públicas que subsidiassem as condutas das Ifes em relação às questões de alcoolismo e outras dependências químicas, sensibilizar a comunidade interna sobre as questões discutidas. (Relatório do I Encontro das Ifes do Centro Oeste, PROCON/UFG, 1994, p. 1-6).

Assim, ao final do Encontro, produziu-se um relatório no qual se destacaram as discussões e ações que as Instituições participantes encaminharam (Relatório do I Encontro das Ifes do Centro Oeste, PROCON/UFG, 1994, p.1-6) para a sensibilização dos gestores e envolvimento dos servidores. A Procom, representada pela Coordenação do Serviço Social, produziu um memorando circular informando sobre os pontos relevantes do encontro e o enviou às unidades acadêmicas, objetivando envolver a comunidade universitária na temática e, especialmente, na capacitação de pessoal interessado pelo tema. As ações dos gestores após o Encontro promoveu uma mobilização interna que resultou na constituição de um Grupo de Trabalho Interdisciplinar (GTI). Esse grupo, constituído através da Ordem de Serviço n.º 001 da Procom, teve seus oito membros (três assistentes sociais, uma psicóloga, uma médica psiquiatra, uma nutricionista e duas enfermeiras) designados pela Portaria n.º 0451 de 21/02/1995. Dentre outras ações, elaborou e implementou o programa de treinamento, capacitação e atendimento das situações ligadas ao programa de prevenção e tratamento do alcoolismo e outras dependências químicas e recuperação da saúde mental dos servidores da UFG.

Esse grupo de trabalho, à época denominada Equipe de Saúde Mental da UFG, organizou ações de promoção e tratamento de Saúde Mental. Para tanto,

a equipe percorreu a Universidade em suas Unidades e Órgãos, divulgando o trabalho e fazendo orientações às chefias sobre como prevenir que os problemas se desenvolvessem e como observar o início de seus sintomas para o encaminhamento precoce aos atendimentos especializados”. (Histórico do SDM, PROCOM/UFG, sem autor, 2007, p.3).

Por longo período, sofreu inúmeras dificuldades, como todo trabalho social: a compreensão e o entendimento divergentes entre os gestores do que vem a ser saúde mental, as consequentes divergências de postura entre eles, uns atribuindo ao servidor dependente o que consideram “falta de vergonha”, bem como meras justificativas para o uso da droga questões devidas às turbulências do cotidiano da vida moderna: dificuldades financeiras, de transporte, relacionamento afetivo e interpessoal no trabalho, o cansaço da vida no dia a dia, transtornos comportamentais e emocionais. Mas, apesar das dificuldades, o trabalho foi acontecendo e crescendo e foram-se procurando formas e atitudes para promover a sensibilização dos envolvidos.

Dentre algumas tentativas de atividades importantes realizadas pela equipe, uma merece destaque: a criação do Grupo de Ajuda Mútua. Tratava-se de um trabalho de sensibilização junto às chefias e demais servidores para a questão do apoio aos colegas com dificuldades nas relações interpessoais devidas ao alcoolismo, às dependências químicas, ao estresse, que causavam inadaptação ao trabalho e outras situações que afetam a vida funcional.

Em 1996, realizou-se o 1.º Seminário sobre Saúde Mental no contexto do Trabalho, que contou com a participação de um número considerável de servidores representantes dos diversos órgãos e unidades acadêmicas da UFG. (Relatório da Coordenação do Serviço Social. Goiânia, PROCOM/UFG, 1996). Nesse seminário teve continuidade o processo de sensibilização da comunidade interna para as questões relacionadas ao sofrimento mental e ao trabalho, retratada nos objetivos do evento:

contribuir para a formulação de propostas e estratégias que possibilitem a superação dos limites e dificuldades no trabalho de prevenção e recuperação da saúde mental na UFG; - discutir os desafios e mudanças no processo de trabalho; - buscar maior envolvimento das chefias em relação às questões do trabalho, das condições para desenvolvê-lo e da realização

do trabalhador na sua concretização. (Relatório do 1.º Seminário sobre Saúde Mental, PROCOM/UFG, 1996, p.5).

A busca por mecanismos de fortalecimento da equipe de Saúde Mental foi constante. Assim, em junho de 1998, a Procom, através da Coordenação de Serviço Social, da equipe de Saúde Mental e do Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos em parceria, realiza o Curso de Capacitação para Educação, Prevenção e Tratamento da Dependência Química, que envolveu servidores de várias unidades e órgãos da UFG. O curso teve como objetivo capacitar os profissionais do programa e discutir os desafios e mudanças do cotidiano do trabalho no âmbito da Saúde Mental. (PROCOM/UFG, 1998).

Um dos resultados da capacitação foram à identificação da necessidade de ampliar as ações na área de Saúde Mental, buscando atender em número cada vez maior as pessoas que procuravam atendimento, inclusive os estudantes. Sendo a Procom o órgão responsável pela questão social na UFG e com o Serviço Social fazendo a divulgação do trabalho de atendimento às demandas da comunidade universitária, seja de docentes, discentes seja de servidores técnico-administrativos, puderam os discentes que foram aparecendo com distúrbios psiquiátricos ou psicológicos ser encaminhados ao serviço social da Procom.

Além disso, as casas de estudantes são diretamente vinculadas ao Serviço Social, o que facilitou a busca por ajuda. Assim, a demanda de discentes foi crescendo, de modo que a busca de alternativas para o atendimento da demanda culminou na revisitação das ações em andamento e na proposta de desenvolvimento de um programa de Saúde Mental que proporcionasse à comunidade universitária serviços de atenção à saúde numa perspectiva ampla de promoção, prevenção e tratamento.

Ampliar o atendimento implicou a necessidade de oficialização de um programa de saúde mental que atendesse à comunidade universitária em seus diferentes segmentos: docente, técnico-administrativo e discente. A problemática abrange todos, não só a categoria de servidores. Os discentes e docentes já vinham procurando o serviço, tendo aumentado consideravelmente a busca dos primeiros.

Em decorrência, avaliaram-se as ações em andamento, propondo-se o desenvolvimento de um programa de Saúde Mental que proporcionasse à comunidade universitária serviços de atenção à saúde mental numa perspectiva ampla de promoção, prevenção e tratamento. Houve a busca de capacitação da

equipe oficial; em razão da saída da médica psiquiatra para o mestrado, a nutricionista buscou fazer o curso de psicologia na Universidade Católica de Goiás, hoje PUC-Goiás, a fim de oficializar o atendimento ao discente da UFG no programa já existente.

Em 2001, retorna à equipe de Saúde Mental a médica psiquiatra<sup>1</sup>, trazendo subsídios importantes para a avaliação do Programa, desenvolvidos na sua dissertação de mestrado com o propósito de retroalimentar e redinamizar o Programa. Vale ressaltar que no decorrer do processo da implantação, na avaliação do grupo de trabalho em saúde mental ficou clara a necessidade de capacitação em relação às questões da saúde mental. Como a predominância ainda era o atendimento aos servidores, buscou-se entender a questão no relativo à saúde mental do servidor. Foi em função disso que se deu a saída da médica psiquiatra para a conclusão do mestrado e a da nutricionista para cursar psicologia. Os demais membros de equipe continuaram com estudos em grupos e discussões de casos.

Assim, ao retornar do mestrado, a médica psiquiatra coloca em discussão a possibilidade de ampliar o atendimento psicológico por meio de diferentes abordagens, trazendo o trabalho voluntário de psicólogos em especialidades diversas: gestalt, comportamental cognitiva, psicanálise, individual e em grupos. A possibilidade do trabalho voluntário foi aventada em função de que a contratação pela UFG depende de concursos públicos, mas o serviço voluntário é possível desde que o projeto de trabalho dos voluntários se dê de acordo com os trâmites legais do voluntariado dentro da UFG.

Em 2002, a equipe de Saúde Mental, após discussão com os servidores técnico-administrativos e docentes de diversas unidades e órgãos da UFG envolvidos em atividades relacionadas à área de Saúde Mental e atendimento psicológico, resolve ampliar as ações do Programa de Saúde Mental, no sentido de oficializar o atendimento aos estudantes, já que oficialmente só era possível o atendimento aos servidores técnico-administrativos e docentes. Logicamente, com o aumento da demanda, torna-se necessário ampliar a equipe técnica. E nesse processo, diversificou-se o atendimento psicológico, ou seja, foram acrescentadas as especialidades terapêuticas acima mencionadas, dentre outras.

---

<sup>1</sup> Sua tese de mestrado intitula-se “Assistência em Saúde Mental do trabalhador. Relato de uma experiência na Universidade Federal de Goiás”, defendida no Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Nessa busca de reforçar a equipe de trabalho e formar uma rede de atendimento que atendesse a toda essa demanda, criou-se o *Saudavelmente*, cujo lançamento foi em abril de 2003, com ampla divulgação através de folders e cartazes espalhados por toda a UFG. A proposta do Programa foi a de implementar um programa abrangente que tivesse condições de atender às necessidades de atenção à Saúde Mental de toda a Comunidade Universitária, formando uma rede de atendimento integrado aos vários serviços existentes na área, bem como desenvolver projetos de promoção de saúde mental e qualidade de vida.

No desenvolvimento do Programa *Saudavelmente* ficaram estabelecidos os objetivos específicos de atender interdisciplinarmente a demanda existente; estabelecer parcerias para atendimentos e encaminhamentos das questões relativas aos transtornos psíquicos, emocionais e de sofrimento mental - internamente, no Hospital das Clínicas, e, externamente, através da rede pública de saúde. Outros objetivos foram o de proporcionar campo de estágio curricular e extracurricular a estudantes de graduação em cursos afins à área, bem como realizar estudos e pesquisas que proporcionem o melhor conhecimento das condições reais de trabalho, estudo e saúde da comunidade universitária.

O Programa *Saudavelmente* funciona regularmente nas dependências do Prédio da Procom, com espaço físico devidamente organizado para suas atividades específicas de fácil localização. Para as atividades internas, dispõe de quatro salas de atendimento individual, uma sala de atendimento em grupo, uma sala para secretaria e uma sala para reunião. Com mobiliário adequado, utiliza-se do corredor como sala de espera. Quando necessário, ocupa outros espaços da UFG para oficinas, palestras, debates, seminários, cursos de capacitação e outros eventos. (UFG, 2004, Relatório da Secretaria do SDM, Procom).

O Programa tem buscado articular-se interna e externamente para constituir uma equipe de trabalho com possibilidade de atender à demanda do ponto de vista qualitativo e quantitativo. Para tanto, realiza parcerias com unidades acadêmicas e órgãos da UFG, em especial com a Faculdade de Medicina, e o DDRH, conveniou-se com o programa para investir na educação e capacitação continuada da equipe. Há também um convenio com a sociedade goiana de psicodrama, a SOGEP, por meio do qual o programa *Saudavelmente* tornou-se campo de estágio para essa especialidade de tratamento psicológico.

O programa também inovou na composição da equipe, com a participação de profissionais voluntários, devidamente cadastrados conforme o termo de adesão previsto na lei do voluntariado no serviço público. Essa inovação é discutível já que parece ser um dos pontos derivados do fenômeno da precarização do trabalho; entretanto, graças a essa inovação, as ações do programa têm sido desenvolvidas por uma equipe multiprofissional, composta por psiquiatras, psicólogos, psicoterapeutas, assistente social, arte terapeuta e outros.

Existe um esforço da equipe do Programa *Saudavelmente* na busca constante pela qualificação. Os profissionais servidores efetivos da UFG têm buscado cursos de especialização, mestrado e doutorado. Esse incentivo à formação qualifica o atendimento e estimula a relação profissional.

A equipe técnica tem-se preparado e organizado para desenvolver projetos terapêuticos e trabalhar na reabilitação psicossocial. No que tange à reabilitação, ou seja, quando o estudante corre o risco de ser jubilado ou o servidor está inadequado em seu local de atuação, há todo um trabalho de tratamento e orientação da equipe, seja junto aos departamentos acadêmicos no caso do discente, ou junto às chefias dos servidores no sentido de readequá-los às atividades normais. Estas são consideradas ações de um processo de reabilitação psicossocial.

Quanto à capacitação, é corriqueira a participação de elementos da equipe em congressos nacionais da área de saúde mental; membros da equipe fizeram cursos de especialização em arteterapia, psicopedagogia, psicoterapia analítica junguiana, mestrado e doutorado, cursos de capacitação em dependência química nas mais diferentes instituições, dentre as quais se podem citar a própria UFG, a PUC Goiás, a Universidade de Brasília (UnB), entre outras<sup>2</sup>.

É importante referir-se ao número de pessoas efetivas que compõem a equipe do Programa, até porque, segundo Barreto (2005, p.6):

É, muitas vezes, remar contra a maré da incompreensão do papel do sistema público educacional, na assistência à sua comunidade. Distorções são constantes, por parte de membros da própria comunidade que só concebe a universidade no seu papel finalístico, não incorporando a

---

<sup>2</sup> São frutos dessa capacitação os seguintes trabalhos: Significados e sentidos das casas estudantis: um estudo com jovens universitários, dissertação de Mestrado defendida em 2005 na UCG, hoje PUC-Goiás por Lívia Mesquita de Sousa; Capacitação de Professores da Classe Hospitalar em Relação Professor-Aluno/Paciente na Perspectiva Balintiana, tese de Doutorado defendida em 2008 na UFG por Rita Francis; Programa de atenção à Saúde Mental dos trabalhadores das IFES, dissertação de Mestrado defendida em 2007 na UnB por Ivete Barreto.

concepção de construção da cidadania e do seu compromisso social com o público interno.

Desde quando se implantou o SDM, em 2003, até 2009 trabalhou-se, ou melhor, atenderam-se à demanda de servidores técnicos, docentes e discentes. A partir de 2010, o Programa passou por um processo de transição, deixando de atender à demanda de servidores técnicos e docentes e passando a atender somente discentes. Dos técnicos e docentes que estavam em tratamento, alguns foram recolhidos, outros receberam alta e outros permanecem no processo de desligamento, pois se criou na UFG, juntamente com o Instituto Federal de Goiás e o Instituto Federal Goiano, o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), ao qual foram encaminhados os servidores técnicos e docentes. Assim, o Programa *Saudavelmente*, passou entre 2009/2010 por uma fase de transição em que rompe com o agendamento para servidor e docente novatos, permanecendo só com os já inseridos até receberem alta do processo de tratamento.

Assim, buscando uma compreensão da Saúde Mental dos discentes como um complexo processo em que intervêm diversos aspectos, o Programa *Saudavelmente* tem realizado um trabalho amplo, com ações diversificadas e discussões interdisciplinares.

### **3.1. Concepção de saúde mental**

Ao longo da vida, nós podemos ser afetados por problemas de saúde mental, de maior ou menor gravidade, podendo algumas fases da vida, como a adolescência, a entrada na universidade, a menopausa e o envelhecimento, causar perturbações da Saúde Mental.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) afirma não existir uma definição “oficial” de Saúde Mental. Diferenças culturais, julgamentos subjetivos afetam o modo como a Saúde Mental é definida, tendo a expressão sido usada para descrever o nível de qualidade de vida cognitiva ou emocional. Pode incluir a capacidade de um indivíduo de apreciar a vida e procurar o equilíbrio entre as atividades e os esforços para atingir a resiliência psicológica. Admite-se, entretanto, que o conceito de Saúde Mental é mais amplo que o de ausência de transtornos mentais. (WORLD HEALTH REPORT, 2001, p.1-3)

Pode-se afirmar que saúde mental é o equilíbrio emocional entre o patrimônio interno e as exigências ou vivências externas. É a capacidade de administrar a própria vida e as próprias emoções dentro de um amplo espectro de variações sem, contudo, perder o valor do real e do precioso. É buscar viver a vida na sua plenitude máxima, respeitando o legal e o outro. É estar de bem consigo e com os outros, aceitando as exigências da vida, sabendo lidar tanto com as boas emoções quanto com as desagradáveis, reconhecendo os próprios limites e buscando ajuda quando necessário. (ADEB, 2012, p. 1-6).

Também, pode-se considerar como critérios de Saúde Mental os seguintes:

- Atitudes positivas em relação a si próprio;
- Crescimento, desenvolvimento e auto-realização;
- Integração e resposta emocional;
- Autonomia e autodeterminação;
- Percepção apurada da realidade;
- Domínio ambiental;
- Competência social.

### **3.2. O cuidado em Saúde Mental e o Programa Saudavelmente: foco na humanização e nos cuidados primários**

Compreendendo a saúde mental como um complexo processo em que intervêm diversos fatores, o Programa Saudavelmente realiza um trabalho amplo, com ações diversificadas e discussões interdisciplinares dos casos graves conforme se expõe a seguir.

O discente chega até o SDM seja encaminhado por gestores, diretores e coordenadores, seja por conta própria. Seu atendimento recebe, então, um agendamento que consiste na sua recepção e acolhimento, presencial ou por telefone. Acolhimento é um termo que significa que ele será ouvido em sua demanda e encaminhado de acordo com a sua necessidade.

Essa escuta da demanda é feita em grupo por membros da equipe. Agenda-se uma data para vários discentes num mesmo horário. Acontece, então, a acolhida, quando se conhece o vínculo ou não desse discente, passam-se informações do

programa, há escuta e diagnóstico da situação-problema, resolução de demandas emergenciais e encaminhamento interno ou externo qualificado; trata-se do momento em que o estudante que busca o SDM é ouvido pela equipe juntamente com outros. Após essa escuta em grupo, a situação é avaliada pela equipe do Programa e se estabelece o projeto terapêutico.

Quando esse discente chega fora da data do grupo de acolhimento existe a referência dia, que consiste no atendimento individual de intercorrências: em cada dia e em cada período, matutino e vespertino, há uma pessoa de referência para atender o caso emergencial até ser acolhido em grupo.

Estabelecido o projeto terapêutico encaminha-se o sujeito ao grupo de crise. O grupo de crise faz o suporte e a intervenção psicoterápica breve focada na resolução da crise emocional, na educação e na promoção da saúde. Quando o atendimento é realizado por médico ou médica psiquiatra, pode incluir também tratamento complementar, o qual pode ser somente psicoterapêutico, quando se entende não haver necessidade de medicamentos.

Quando o paciente sai da crise, passa para o grupo de acompanhamento. Esse grupo, sob o comando de membros da equipe, promove a continuidade do cuidado, visando à consolidação da resolução parcial ou total da crise. Nesse momento, acontece a gestão institucional dos casos, a preparação para alta ou o encaminhamento externo para tratamento especializado. Quando há necessidade de relatórios e ou laudos médicos da equipe para o estudante não ser jubilado, poder sair de licença médica ou amparar o afastamento temporário de sala de aula, a equipe providencia o documento a ser encaminhado aos gestores responsáveis das unidades acadêmicas.

Pode haver as consultas individualizadas, caracterizadas como casos excepcionais. São casos que exigem um aprofundamento do diagnóstico e construção do projeto terapêutico em caráter de urgência por serem mais complexos. Então, são tratamentos breves e específicos: psicoterápico, medicamentoso, familiar e institucional. Essa consulta individualizada é complementar ao grupo de crise. Geralmente, são os casos de tentativas de suicídio, casos graves de dependência química e transtornos psicóticos, bipolar ou esquizofrenia, ou, ainda casos de câncer, entre outros.

A gestão institucional dos casos acontece devido às demandas dos acadêmicos decorrentes de problemas emocionais, psicológicos ou psiquiátricos

apresentados pelo discente acompanhado no programa: acontece, geralmente, por meio de atestados, pareceres e relatórios.

O apoio em Saúde Mental trata-se de um suporte especializado em Saúde Mental, na forma de Educação aos profissionais da equipe permanente: discussão de casos, atendimentos conjuntos para outras equipes envolvidas no acompanhamento do estudante, professores e coordenadores de cursos, e o Serviço Social. Tanto o Serviço Social fornece apoio à equipe como ele também capacita em Saúde Mental. Suporte especializado em Saúde Mental e Trabalho, na forma de educação permanente, são os cursos de capacitação, seminários, congressos, mestrados, doutorados. Enfim, é capacitação da equipe de forma individualizada ou em grupo.

O último dispositivo é a promoção da saúde. Compreende atividades grupais desenvolvidas no *Saudavelmente* e em outros espaços da UFG, abertas ao conjunto de discentes: educação para a cidadania, roda de terapia comunitária, oficinas de arteterapia, sessões de reiki. Trata-se de variedades psicoterapêuticas: A) rodas de terapia, que é uma modalidade terapêutica feita em grupo falando de saúde, conversando sobre a saúde. De acordo com a demanda, forma-se um grupo como esse, quinzenalmente ou uma vez ao mês. B) Oficinas de arteterapia: uma modalidade semanal ou programada por temporada com artes visuais, artesanato, para promover o equilíbrio emocional ou aliviar o estresse. C) A terapia comunitária, uma modalidade psicoterapêutica na qual se forma um grupo social de acolhimento.

As vivências terapêuticas são baseadas no compartilhamento de emoções que fazem parte da vida de todo ser humano. Muitas vezes, uma pessoa pode apoiar outra por ter vivenciado e encontrado solução para os mesmos problemas e pode simultaneamente também ser ajudado, uma vez que o problema do outro pode ser semelhante ao seu. O resultado terapêutico é atingido de forma individual, mesmo diante de histórias e narrativas compartilhadas, pois todo participante sente e percebe de acordo com suas vivências pessoais. A presença e participação do outro é importante, atuando como referencial de apoio e das diferenças culturais.

A cada encontro, é possível também observar o resultado coletivo, através das construções e produções do grupo durante o processo de terapia (BARRETO, 2005). Os encontros acontecem uma vez por mês e não há necessidade de uma frequência contínua no comparecimento. Cada encontro, que dura em média uma hora e trinta minutos, cumpre o seguinte formato: dinâmicas de aquecimento;

apresentação do tema ou problemas; reflexões sobre o tema; conclusões sobre o tema proposto.

O Reik é uma terapia holística que ajuda a prevenir e curar distúrbios do stress, equilibrando o corpo e a mente, atuando nos níveis físicos, mental e emocional.

A UFG não foge do parâmetro exposto; daí, a necessidade de análise do modelo do moderno Estado brasileiro para esclarecer as possíveis razões de a assistência estudantil preocupar-se com a saúde mental de seus discentes, mediante a descrição de um programa de saúde mental como o *Saudavelmente* e, para tal, é necessária conhecer a trajetória da Assistência Estudantil no que concerne a esse aspecto e o que tem sido realizado a respeito.

### **3.3. Demonstrativo do Quantitativo de Atendimentos do Programa *Saudavelmente* 2007/2011**

A análise da saúde do discente de ensino superior das universidades públicas brasileiras faz emergir questões relativas às diversidades e desigualdades regionais, gerando demanda de um novo formato de universidade. (ALMEIDA, 2003).

Os dados quantitativos também são importantes para demonstrar os resultados do Programa e a confirmação da construção da cidadania considerando-se a efetivação da assistência estudantil efetivação de direitos sociais, além de mostrarem o perfil do discente que procura o Programa *Saudavelmente*.

Assim, buscaremos descrever esse quantitativo e revelar quem é o discente que procura o SDM.

**Tabela 1: N.º de discentes atendidos no período de 2003 – 2011.**

<b>Ano</b>	<b>Número de estudantes atendidos</b>
2003	182
2004	331
2005	159
2006	200

Ano	Número de estudantes atendidos
2007	180
2008	103
2009	133
2010	160
2011	163

Fonte: Programa Saudavelmente, Procom/UFG, 2012

Os dados mostram o número de discentes atendidos no programa no período referido, o que é relevante, pois mostra um número considerável de discentes atendidos.

**Tabela 2: Quadro de 10% do total de discentes que entraram no SDM (recorte de 2007 - 2011)**

Ano de entrada no SDM	Frequência	Percentual
2007	18	24,0%
2008	11	14,7%
2009	14	18,7%
2010	16	21,3%
2011	16	21,3%
Total	75	100,0%

Fonte: Programa Saudavelmente, Procom/UFG, 2012.

Vê-se que, apesar de o Programa atender a uma demanda de servidores técnicos, docentes e discentes, fica caracterizado um número significativo de discentes que buscaram o programa, mantendo-se uma demanda fixa. Por exemplo: no ano de 2007, foram feitos 180 acolhimentos para discentes e 42 para técnicos e docentes; houve 403 consultas médicas para discentes e 305 para técnicos e docentes; em 2008 houve 103 acolhimentos para discentes, 37 para técnicos e

docentes; 493 consultas médicas para discentes e 458 para os técnicos e docentes; em 2009 houve 133 acolhimentos para discentes e 33 para técnicos e docentes; 217 consultas médicas para discentes e 161 para técnico-docentes (Relatório da Coordenação do SDM, PROCOM/UFG, 2009).

Esses dados exemplificam e confirmam a demanda maior de discentes, considerados no grupo um, pois o número de discentes matriculados na UFG é bem maior do que o número de técnicos e docentes efetivos como trabalhadores da UFG. Portanto, trata-se de uma demanda fixa dentro do Saudavelmente.

Com base nos dados das tabelas acima, é feito o recorte de 2007/2011 por considerá-lo com maior precisão nos dados e relatórios. Então busco 10% do total de cada ano para fazer uma caracterização dos usuários do Programa diante do numerário relatado pela Coordenação do mesmo. Essas informações foram retiradas junto às fichas de acolhimento, que se trata do procedimento inicial por que passa o discente ao buscar o Programa.

Conforme relatórios da secretaria do Programa, no ano de 2011, foram feitas 163 consultas médicas individuais para os discentes, 959 sessões de psicoterapias individuais, 176 sessões de terapia em grupo. Apesar de limitado, à primeira vista, pelo pequeno número de discentes que o procuram, o Programa Saudavelmente é, entretanto, fundamental para o início de estudos e pesquisas aprofundados sobre os reais problemas da população universitária. Esses estudos são importantes porque, no Brasil, existem poucos trabalhos sobre saúde mental do estudante universitário provindos da população comum e não atendimento psiquiátrico, sendo esses fundamentais para a psiquiatria preventiva.

É preciso considerar que não é o ideal, mas é o começo, o incentivo para que se efetivem programas como este junto às Ifes e para que os gestores assumam sempre, o compromisso de implementação de uma política de assistência e de potencializar esforços e recursos para a continuidade do funcionamento dos programas existentes.

É de se destacar a necessidade de atenção aos conflitos emocionais, pois estes envolvem a forma de lidar com a insegurança, a raiva, a atenção, a tristeza, a inadaptação, a não aceitação por grupos sociais, a não realização dos desejos.

Por fim, evidenciou-se que, enquanto transformações na dimensão estrutural, em políticas públicas de saúde, segurança, educacionais e outras, as intervenções que propiciam transformações na dimensão particular acontecem no longo prazo;

meios sociais distintos e singulares (indivíduos), no entanto, mostram-se imprescindíveis e possíveis em curto prazo, justificando, portanto, a existência de programas do tipo aqui relatado.

**Tabela 3: Idade de ingresso dos discentes na UFG**

Idade	Frequência	Percentual
16 a 20	13	17,3%
21 a 25	32	42,7%
26 a 30	21	28,0%
31 a 35	5	6,7%
41 a 45	2	2,7%
46 a 50	1	1,3%
51 a 55	1	1,3%
Total	75	100,0%

Fonte: Programa SDM, PROCOM/UFG, 2012.

Segundo, Pozobon (2008), analisadas as fichas preenchidas nos anos de 2004, 2005 e 2006, revelou-se sido a faixa etária de 20 a 29 anos a que buscou o Programa *Saudavelmente*. Hoje, fica claramente demonstrado que a idade predominante de entrada na universidade é de 16 a 30 anos, caracterizando em 42,7% uma juventude entre 21 a 25 anos, confirmando, assim, tratar-se de um período conflituoso emocionalmente, conforme (Pagotti, 2006). O perfil socioeconômico e cultural dos discentes de graduação das universidades federais brasileiras (FONAPRACE, 2010) também indica que 75% dos discentes são jovens na faixa etária até 24 anos e 14% têm 21 anos. Trata-se de um período de desafios da formação profissional, da construção da identidade adulta. Pode-se considerar que os discentes universitários vivem dilemas que decorrem de várias preocupações, desde estudo: trabalho, segurança pessoal, relação com a família, sexualidade e outros, que surgem durante a sua formação acadêmica, podendo trazer alguns problemas psicológicos, psiquiátricos, emocionais. (PAGOTTI, 2001).

Pode-se afirmar que se trata de uma idade em que os jovens normalmente passam por situações de crise, quando, ao sair do seu ambiente familiar, depara-se com um mundo desconhecido, podendo viver vários conflitos. Isso pode gerar um desequilíbrio emocional decorrente da insegurança surgida nessas novas relações,

embora haja trabalhos que levantem hipóteses diferentes da hipótese aqui levantada.

**Tabela 4: Distribuição dos discentes por sexo.**

Sexo	Frequência	Percentual
Masculino	28	37,3%
Feminino	47	62,7%
Total	75	100,0%

Fonte: Programa SDM, PROCOM/UFG, 2012.

Segundo dados do IBGE (2010), o percentual de matrículas em Cursos de Graduação (presencial e a distância) por sexo no Brasil, de 2001-2010, indicou sempre o percentual feminino maior do que o masculino. Assim, na UFG não foi diferente, já que a tabela acima confirma que o mais alto índice de discentes usuários do Programa é feminino. No Programa *Saudavelmente* a busca foi de 62,7% do sexo feminino, enquanto 37,3% do sexo masculino. Segundo pesquisa do Fonaprace (2010), 53,51% dos discentes é do sexo feminino e 53,00% do masculino. Economicamente, na classe A o índice feminino cai. Tal fator remete a pensar que o avanço do sexo feminino nos diversos espaços sócio-ocupacionais tem trazido vantagens com relação à emancipação feminina como também trazido problemas de ordem psicossocial, já que as mulheres não têm conseguido libertar-se da “dupla jornada”: espaço público/trabalho e espaço privado/família. Não é possível deixar de reconhecer que as mulheres também estão, em certa medida, inserindo-se em carreiras antes de exclusivo domínio masculino. Mas também não se pode desconsiderar que a sobrecarga de atividades causa estresse, o que prejudica o desempenho intelectual e manual, interferindo na saúde mental. Então: é o gênero feminino mais suscetível? Expressa mais o estresse e as dificuldades? Ou vivencia mais o estresse? (PAGOTTI, 2001).

Pozobon (2008) também confirma que o gênero feminino era maioria no acolhimento feito pelo Programa *Saudavelmente* de 2003 a 2006, demonstrando, assim, a predominância de mulheres, não por serem elas mais desequilibradas, mas por serem mais dispostas a solicitar ajuda psicossocial. Outro fator importante a se observar é que existe uma melhor escolarização feminina em se comparando aos homens. (GUIMARÃES; SOUSA, 2010, p.69)

**Tabela 5: Distribuição dos discentes por estado civil**

Estado Civil	Frequência	Percentual
Solteiro	62	82,7%
Casado	9	12,0%
Divorciado	3	4,0
Não Informado	1	1,3
Total	75	100,0%

Fonte: Programa Saudavelmente, PROCOM, UFG, 2012.

Quanto ao estado civil, está bastante evidenciado que o público de discentes que buscaram o Programa Saudavelmente é predominantemente de solteiros, perfil que confirma que na faixa etária em que está inserida, a preocupação é a da formação acadêmica e profissional, tendo, possivelmente como conflitos situações relacionadas à juventude e à adaptação às atividades acadêmicas. Também, a pesquisa do Fonaprace (2010) mostra que 86,64% são solteiros; 12,% são casados e/ou vivendo com um companheiro ou companheira; 1,09% separados/divorciados. Aqui, parece evidenciar uma mudança de comportamento em relação ao casamento, união estável e à família.

Na Europa, até a Contra-Reforma, a oficialidade do casamento não tinha uma definição clara. Não se sabia quem eram esposos ou concubinos, o casamento dificilmente durava mais de 14 ou 15 anos por conta das mortes precoces. A gravidez antes do casamento era constante, devido à frequência de relações sexuais e coabitações antes do noivado (FONSECA, p.521, 1997).

Já no pós-guerra, no século XX, aparece à diversidade de vínculos afetivos: as relações homoafetivas são expostas à população, os casamentos heterossexuais, casamentos fechados ou abertos, viúvos que vão morar juntos, irmãos consanguíneos que vão morar com os amigos, repúblicas de travestis, amigos que decidem viver juntos no campo, dentre outros. São circunstâncias que ajudam na sustentação emocional do cotidiano das pessoas. (LASCH, 1991, p.61).

**Tabela 6: Distribuição dos discentes por cursos**

Cursos	Frequência	Percentual
Graduação	65	86,7
Mestrado	8	10,7
Doutorado	2	2,7

Cursos	Frequência	Percentual
Total	75	100,0%

Fonte: Programa *Saudavelmente*, PROCOM, UFG, 2012.

Evidencia-se que a porcentagem de discentes da graduação é considerável junto ao Programa, o que se explica porque, na universidade, o número de discentes da graduação é bem maior do que o número de discentes do mestrado e do doutorado.

Os discentes usuários do Programa *Saudavelmente* no mestrado são das áreas das Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra, Linguística, Letras e Artes. No doutorado, são Ciências Agrárias e Linguística, Letras e Artes. Já na graduação, as áreas são Ciências Agrárias, 4,66%; Ciências Sociais Aplicadas, 35,38%; Linguística, Letras e Artes, 13,30%; Ciências Humanas, 24,61%; Ciências da Saúde 4,66%; Engenharias 10,76%; Ciências Exatas e da Terra 7,6%. Chega-se à conclusão de que, no período de 2007/2011, na graduação, a predominância de discentes que buscaram o SDM foi das áreas de Ciências Sociais Aplicadas (Artes Visuais, Artes Cênicas, Arquitetura e Urbanismo, Biblioteconomia, Biologia, Direito, História) e Ciências Humanas (Sociologia, Filosofia, Geografia, Pedagogia e Psicologia).

**Tabela 7: Formas de rendimento dos discentes**

Rendimento	Frequência	Percentual
Bolsa CNPq	5	6,7
Bolsa UFG	17	22,7
Trabalho Outros	19	25,3
Aposentadoria	1	1,3
Não Trabalha	33	44,0
Total	75	100,0%

Fonte: Programa *Saudavelmente*, PROCOM, UFG, 2012.

Diante da tabela acima, verifica-se que 44% dos usuários do Programa SDM, a maioria, não trabalham, sendo, possivelmente, oriundos de cursos que tomam maior tempo do discente; quando trabalham, 29,4% são bolsistas e 25,3% têm ocupações convencionais no mercado de trabalho. Uma porcentagem mínima, não significativa (1,3%), é de aposentados. Esses números também confirmam o índice do Fonaprace (2010) no tocante ao uso das bolsas permanência e outras. O

documento afirma que um terço dos discentes exerce alguma atividade acadêmica remunerada, de modo que não trabalhar significa não estar no mercado comum. Essas bolsas apresentam uma contradição: ao mesmo tempo em que auxiliam o discente na sua permanência na universidade, também contribuem para a precarização funcional dos servidores; os bolsistas, na prática, estão substituindo servidores necessários e não contratados.

**Tabela 8: Distribuição dos discentes por tipo de estabelecimento educacional de origem**

	Frequência	Percentual
Pública	61	81,3
Privada	14	18,7
Total	75	100,0%

Fonte: Programa *Saudavelmente*, PROCOM, UFG, 2012.

É interessante que a maioria dos discentes que procuraram o Programa, 81,3 %, é originária de escolas públicas; apenas 18,7% vieram de escola particular. No senso comum se diz que as Ifes são para estudantes que vieram de escolas particulares e aqui é mostrado exatamente o contrário, o que é um importante dado. Segundo o Fonaprace (2010) 45% dos estudantes são oriundos da escola pública e 50% cursaram a maior parte do ensino médio na escola pública. E quase 90% dos estudantes são oriundos do ensino médio padrão.

É ainda prematuro tirar conclusões definitivas a respeito do PNAES, mas pode-se afirmar que, ao longo da história da educação, esse tipo de iniciativa e incentivo financeiro governamental foi almejado por todos os profissionais que atuam na área da educação, em especial os profissionais que atuam diretamente com a assistência estudantil nas IFES do Brasil.

Na UFG, o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) parece ter ampliado o acesso ao ensino superior e garantido a permanência dos discentes, bem como melhorado os cursos de graduação, a infraestrutura física e os recursos humanos das universidades, embora essa não seja a regra. Há pesquisas demonstrando a precarização das IFES no âmbito do REUNI, pois, há casos de professores dando aulas em galpões.

**Tabela 9: Moradia dos discentes**

Moradia	Frequência	Percentual
Família	66	88,0
CEU	9	12,0
Total	75	100,0%

Fonte: Programa *Saudavelmente*, PROCOM, UFG, 2012.

Outro fator interessante: os discentes que frequentam ou frequentaram o Programa *Saudavelmente* moram, em sua maioria (88%), com seus familiares, e 12% moram na Casa do Estudante. Sendo as casas destinadas aos discentes de fora e estarem seus familiares de longe da capital, justifica-se esse índice. Ou seja, a maioria dos discentes é da capital e não de fora do Estado.

O Fonaprace (2010) indica que 83% dos discentes residem com seus pais e a grande maioria é pertencente às classes C, D, E, sendo que 2,5% moram em residências universitárias.

Segundo a Andifes/Fonaprace o perfil dos estudantes de graduação das IFES, incluindo a UFG na última pesquisa, que aconteceu em 2010, envolvendo 19.691 estudantes de 57 Universidades, entre os quais 414 da UFG (ANDIFES, 2010), o estudante da UFG, comparado aos resultados nacionais: é mais frequentemente, mulher, mais jovem, solteiro, sem filhos, reside com familiares, pertence às classes A ou B e tem maior acesso a bens e serviços como ensino médio em escola privada, carro próprio, plano privado de saúde e trabalho. Entretanto, é menos engajado em movimentos sociais, como o estudantil, pratica menos atividades físicas e vivenciou mais crises emocionais no último ano (49%) ligadas à adaptação ao novo e dificuldades relacionais, de menor impacto na vida acadêmica, mas que levaram mais frequentemente à busca de cuidado e ao uso de medicação psiquiátrica (13%). Além disso, é mais beneficiado por programa de alimentação e menos beneficiado por programa de saúde ofertado pela Universidade.

**Tabela 10: Distribuição dos discentes por Hipótese/Queixa**

HIPÓTESES/QUEIXAS	Grupo	Quantidade	Percentual
Alcoolismo	1	1	8%
Dependência Química		1	8%
Angústia	2	1	8%
Ansiedade		38	30,2%
Bipolar		3	2,4%
Fobia Social		5	4,0%
Insônia		1	8%
Pânico		6	4,8%
Stress pós Traumático		2	1,6%
TAG		2	1,6%
Transtorno de Humor		3	2,4%
Bulimia		4	2
Depressão	34		27,0%
Distímia	1		8%
Suicídio	3		2,4%
Transtorno Borderline	5	1	8%
Câncer		1	8%
TODA		1	8%
DAH	6	4	3,2%
TOC		2	1,6%
Abandono	7	1	8%
Auto-Aceitação		2	1,6%
Bullying		1	8%
Conflito com o Curso		1	8%
Conflito Familiar		1	8%
Descontente com o Curso		1	8%
Dificuldade de Auto-Aceitação		1	8%
Transtorno de Adaptação e perdas		6	4,8%
Transtorno de Ajustamento		1	8%
<b>Total</b>			<b>126</b>

Fonte: Programa Saudavelmente, PROCOM, UFG, 2012.

Os dados da tabela de hipóteses/queixas foram agrupados da seguinte forma: o grupo 1 refere-se à dependência química: alcoolismo; o grupo 2, aos transtornos de ansiedade e sintomas: angústia, ansiedade, bipolar, fobia social, insônia, pânico, estresse pós-traumático, ansiedade generalizada, transtorno obsessivo compulsivo (TOC); o grupo 3, ao transtorno de humor: depressão, distímia, tentativa de suicídio,

bordeleine, transtorno de humor; grupo 4, ao transtorno alimentar: bulimia; o grupo 5, às doenças físicas: câncer; o grupo 6, aos transtornos de déficit de atenção e transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDA e TDAH); o grupo 7, o transtorno psicossocial: abandono, auto-aceitação, bullying, conflito com o curso, dificuldade de auto-aceitação, transtorno de adaptação, ajustamento e perdas (DEJOURS, 1987).

É extremamente importante ressaltar que, quando o discente procura o Programa, sua “reclamação” pode vir com uma ou mais queixas/sintomas. Esta expressão se baseia no fato de que a “reclamação” é o que o discente apresenta, mas a hipótese diagnóstica é estabelecida pelo psiquiatra ou pela equipe, por serem eles os especialistas e conhecerem o Código Internacional de Doenças (CID) ou Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM IV). Assim, o número de queixas/hipóteses não corresponde ao número de discentes, porque alguns deles tiveram ou têm mais de uma queixa/hipótese.

Também na pesquisa do Fonaprace (2010), que apresenta o índice de dificuldades emocionais afetando o desempenho acadêmico, 48% dos discentes relatam ter vivenciado crise emocional nos últimos doze meses. Apresenta-se um comparativo segundo o qual, na pesquisa 2003/2004, os dados referentes à presença de crise emocional foram 36,9%, enquanto em 2010, foi de 47,7%; atendimento psiquiátrico em 2003/2004 foram 5,5% enquanto em 2010, 9,0% e atendimento psicológico, em 2003/2004, foram 23,4% e em 2010, foram 29,0%. Há um aumento considerável, constituindo-se em algo para pesquisar: os reais fatores que propiciaram o aumento desses índices. Abaixo, os dados referentes às hipóteses/queixas dos docentes no programa *Saudávelmente*:

Assim, é perceptível que a hipótese/queixa predominante foi à ansiedade com 50,27% e a depressão com 45,3%, seguidos de pânico, com 8,0% e transtorno de adaptação e perdas, também 8,0%, fobia social, com 6,7%, TDAH, com 5,3%, tentativa de suicídio, com 4,0% e transtorno bipolar, com 4,0%, entre outros apontados.

Os dados acima coincidem com os da pesquisa realizada pela Andifes (2010) por intermédio do Fonaprace (2010) quando se revelou que 48% dos discentes das IFES passam por alguma dificuldade emocional, psicológica. Então, diversas emoções, mais ou menos intensas, surgem durante a formação acadêmica, confirmando o pensamento de alguns autores que afirmam apresentarem os

discentes universitários algum transtorno psiquiátrico durante sua vida acadêmica. (CAVESTRO; ROCHA, 2006; CERCHIARI; CAETANO; FACCENDA, 2005; COUTINHO; AZEVEDO, 2008). Parece significar que o acúmulo de trabalho intelectual e as vidas cotidianas estão intensificados nesse mundo moderno causando algumas dificuldades no emocional, psicológico dos discentes.

A institucionalização do programa *Saudavelmente* foi um marco importante dentro do projeto de Política Social da Procom da UFG. Contribuiu para a implementação de uma Política de Assistência Estudantil e deixa evidenciado, através dos dados expostos, que, cada vez mais, o mundo capitalista neoliberal leva ao individualismo, isolamento, competição, e insegurança, percebendo os discentes, por sua vez, as consequências de ser mais um no mercado de trabalho. A constatação de tal fato vem gerando neles ansiedade, estresse emocional, bem como outros agravos físicos e emocionais. Dessa maneira, os índices apresentados na tabela 10, em que dos discentes que procuraram o programa *Saudavelmente* 38% sofrem de ansiedade e 34% de depressão tornam-se bastante consideráveis, já que, se trata dos grupos de ansiedade/sintomas e transtorno de humor, confirmando assim, a hipótese de que, para a maioria dos discentes, a universidade é um espaço novo, ao qual ingressam, em sua maioria, muito jovens, saídos de escolas onde o ritmo de estudo é diferente e onde, aparentemente, há menos competição, menos exigência de autonomia, o que, naturalmente, gera insegurança. Também acontece que quando passam no vestibular, começam a lidar com as cobranças da família por projetos futuros.

O ingresso no ensino superior marca o início da transição para o mundo do trabalho, assim como para a autonomia própria do jovem adulto. Esse processo tem lugar numa fase importante do desenvolvimento psicossocial do discente, pois suas preocupações e problemáticas são espelho de dificuldades características da transição da adolescência para a fase adulta. Assim, o estresse, em sua fase aguda, associa-se a um leque de patologias físicas e mentais, tais como: depressão, ansiedade, desequilíbrio emocional, problemas sexuais e outras.

De acordo com Figueiredo e Oliveira (2002), o discente, ao ingressar na universidade, passa por situações de crise acidentais, uma vez que sai do seu ambiente familiar e se depara com um mundo desconhecido, podendo viver vários conflitos. A não superação dessa crise poderá constituir-se para o discente em um fator de estresse, gerando problemas orgânicos, dificuldade de relacionamentos,

baixa produtividade escolar, angústia, estado de depressão, perda do interesse pela vida, que podem levá-lo ao suicídio.

Não é possível identificar se são as questões acadêmicas ou outros fatores pessoais e familiares os desencadeadores das queixas-hipótese diagnóstica de sintomas em saúde mental. Mas, de qualquer forma, presume-se que haja interferência destes em todos os âmbitos de vida do discente, gerando um quadro de preocupação em relação a sua trajetória acadêmica.

## Considerações finais

No decorrer da discussão realizada, evidenciou-se que o discurso neoliberal, dos tempos atuais, enfatiza a livre iniciativa, a competição individual, a economia de mercado como panacéia para as mazelas do mundo do capital. Esse mesmo discurso tem desmobilizado a sociedade como um todo, fragmentando assim suas lutas, a luta pela educação e pela saúde mental entre elas. Não se verifica embate unificado na sociedade pela melhoria das políticas educacionais e de saúde e isso se dá, provavelmente, porque a sociedade encontra-se em uma situação de (des)conhecimento/reconhecimento e alienação em relação à sua condição de cidadão, reconhecendo-se apenas enquanto indivíduos que têm um emprego e lutam por questões “focadas” somente no âmbito do emprego, como, por exemplo, melhores salários. Essa situação ocasionaria, assim, distanciamento de lutas sociais de caráter mais abrangente.

Verifica-se que os documentos que trazem a discussão e a regulamentação do ensino superior no Brasil retratam uma percepção pragmática da reforma da educação superior, pois transmitem uma visão de que a formação acadêmica deva estar voltada para o mercado de trabalho e para o setor produtivo; que a população, a universidade, e a indústria são instâncias que caminham paralelamente e que os formadores de opinião têm clareza de que a manutenção do ensino superior deve ser de alta qualidade e gratuita. Assim, acredita-se que o Estado deva criar mecanismos de financiamento, dividindo esse ônus com os setores que têm interesse no produto de conhecimento, de modo a evitar a vulnerabilização da sociedade nas mãos do mercado globalizado e das conjunturas internacionais. (CRUZ, 2003)

De acordo com os estudos bibliográficos constatamos que, para a universidade são atribuídas funções como preparar para o trabalho, possibilitar a formação da força de trabalho e viabilizar a inclusão social. Entretanto, fica evidenciado, também, que a educação no Brasil sempre foi voltada para as classes dominantes, e em especial, ao longo dos séculos XIX e XX, esteve submetida à lógica liberal, que propõe uma educação voltada fortemente à profissionalização de

recursos humanos para o mercado consumidor, transformando a educação em uma mercadoria consumível.

Nessa perspectiva, evidencia-se a necessidade de democratização do Ensino Superior, democratização essa voltada não apenas a ações de acesso à universidade pública gratuita, mas também aos mecanismos para a permanência, reduzindo-se os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e com dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso.

A situação do ensino superior é de crise e a indefinição sobre sua posição é um fator agravante deste fenômeno. As universidades se perdem entre sua condição de produtoras de conhecimento, cultura e crítica à sociedade as expectativas do mercado de trabalho. Percebemos, contudo, que as ações que movimentam o ensino superior no Brasil visam cada vez mais ao atendimento dessas demandas, de um capitalismo efervescente, voltado convenientemente para o setor produtivo. E, deste modo, com o avanço em busca do progresso e do desenvolvimento, agravamos ainda mais o desnível entre as classes sociais. Esse referido fator incentivou a implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAE).

É extremamente importante deixar esclarecido que os resultados apresentados em números na pesquisa bibliográfica e documental devem ser vistos com cautela, uma vez que não podem ser generalizados para a totalidade da população universitária. Pretendo, no doutorado, pesquisar em campo, aprofundar as questões expostas.

Também, fica evidenciado que o programa *Saudavelmente* através da pesquisa documental não esclarece se o discente graduado ou pós-graduado que se utilizou dos serviços melhorou ou curou as queixas/hipóteses ou se esse mesmo discente poderá arcar com um tratamento de saúde mental fora da universidade, fora do atendimento oferecido pelo programa.

A necessidade de finalização deste trabalho faz com que coloquemos aqui um ponto final. É evidente, no entanto que outros fatos relevantes no âmbito político-econômico-social, educacional e de saúde já estão tendo lugar dentro das universidades e deve ser incentivado, discutido, cobrado o cumprimento das Políticas Públicas, Sociais, Estudantis no ensino superior do Brasil.

## Referências Bibliográficas

ADEB, Associação de apoio aos doentes depressivos e bipolares.

[http://www.adeb.pt/saúde\\_mental/saúde\\_mental/o\\_que\\_e\\_saude\\_mental.html](http://www.adeb.pt/saúde_mental/saúde_mental/o_que_e_saude_mental.html). Acesso em 30/06/2012.

ALMEIDA B. C.; COELHO, E. A. A.; BECKER, L. A. e Sousa; SOUSA L. M. Atendimento ao estudante da UFG: saúde mental e interdisciplinaridade. In: KULKMANN G. G. (Org.) *Apoio estudantil: reflexões sobre o ingresso e a permanência no ensino superior*. Santa Maria: Editora UFSM, 2008, p.219-228.

ALMEIDA, L. S. & SOARES, A. P. *Os estudantes universitários: sucesso escolar e desenvolvimento psicossocial*. São Paulo. Taubaté: Cabral, 2003.

ALVES, G. *A nova degradação do trabalho na era da globalização*. Londrina: Práxis, 2002)

ARAÚJO, R. F.; GAMA, M. M. *Ansiedade – traço em estudantes universitários de Aracaju (SE)*. Revista de Psiquiatria do RS, 2003, 30(1), p.19-24.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL de dirigentes das instituições federais de ensino superior. Quem somos. Portal da ANDIFES, Brasília, disponível em <<http://www.andifes.org.br>> – acesso em maio de 2012.

BACKX, A. de C. *Valor absoluto*. Rio Janeiro: Editora C. Educacional de Niterói.

BARRETO, Adalberto de Paula. *Terapia comunitária passo a passo*. Fortaleza: gráfica LCR, 2005.

BARRETO, I. S. *Programas de atenção à saúde mental dos trabalhadores das instituições federais de ensino superior 2007*. 80f. Dissertação (Mestrado em Ciências da saúde). Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

BARRETO, I. S. BEZERRA, A. L. Q.; BARBOSA, M. A. Assistência universitária – compromisso social. *Revista da UFG*, vol. 7, n.º 2, p. 1-8, 2005. Online ([www.peoec.ufg.br](http://www.peoec.ufg.br))

BLEGER, J. *Temas de psicologia: entrevista e grupos*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Decreto nº 2008, de 17 de abril de 1997. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília: DOU, 5/10/1988.

BRASIL. MEC INEP. *Revista Brasileira Estudos pedagógicos*. Brasília, vol. 73, n.º 174, p. 291-321, 1992. BRASIL. MEC INEP *Educação superior brasileira, 1991-2004*. Goiás. Brasília: INEP, 2006.

BRASIL. MEC INEP. SINAES *Lei n.º 10.861 de 14/04/2004*. Brasília: Inep, 2004.

BRASIL, Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. *Relatório Final: 3ª Conferência Nacional de Saúde Mental*. Brasília, 2002.

BRASIL. Casa Civil. *Lei do Voluntariado*. Lei nº. 9.608 de 18/02/1998. Brasília: disponível em <<http://www.planalto.gov.br/civil>> - acesso em junho/2012.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto Lei 9304, de 20 de dezembro de 1996, Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da educação Superior 2010 – Divulgação dos principais resultados do Censo da Educação 2010*. Outubro, 2011; portal.mec.gov.br/index.php?option=comdocmans&task, acesso 30/07/2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política nacional de Humanização*. Cartilha PNH, 2004.

BRASIL. PNE. Plano Nacional de Educação. *Projeto Lei n.º 4155/98*. Câmara dos Deputados. Brasília, 2000

*Planejamento e Educação no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2000 (coleção questões de nossa Época, v.21).

CERCHIARI, E. N., CAETANO, D. & FACCENDA, O. *Utilização do serviço de saúde mental em uma universidade pública*. Psicologia, Ciência e Profissão, 2005, 25(2), p.252-265.

CAVESTRO, J. de M. & ROCHA, F. L. *Prevalência de depressão entre estudantes universitários*. Journal of Brazilian Psychiatry, 2006, p.264-267.

COELHO, E. A. *I Seminário sobre saúde mental da Procom/UFG*. Goiânia: 3/12/1996.

COHN A. Mudanças econômicas e políticas de saúde no Brasil. In: LAURELL, A. C. (Org.). *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, 1995, p. 225-244.

COSTA, G. S. *A equidade na educação superior: uma análise das políticas de assistência estudantil*. 2010, 196f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

COUTINHO, M. P. L. & AZEVEDO, R. L. W. *Representações Sociais da depressão em jovens universitários com ou sem sintomas para desenvolver a depressão*. Psicologia, reflexão e crítica. 2008, 21(3), p.492-498.

CRUZ, Rosana Evangelista. *Banco Mundial e política educacional: cooperação ou expansão do capital internacional?* Curitiba: UFPR, 2003.

DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1987.

DELGADO, Maurício Godinho. *Capitalismo, trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos de reconstrução*. São Paulo: LTR, 2006.

DELGADO, G.; THEODORO, M. Política social: universalização ou focalização-subsídios para o debate. *IPEA: políticas sociais – acompanhamento e análise*. São Paulo: v.10, n.º1, p. 122-126, 2003.

DIAS, JÚNIOR, L. D. *Novas tecnologias na educação*, v. 7, 4/jul, 2009.

DONABEDIAN, Avedis. *Qualidade na gestão local de serviços e ações de saúde*. São Paulo: IDS, 1980.

ENGELS, F. *Socialisme utopique et socialisme scientifique*. Paris, 1973.

ESCOREL, S. *Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário*. Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz, 1993.

FARR, R. M. Representações Sociais: A teoria e sua história. In: GUARESCHI, P. & JOVCHELOVITII, S. (Orgs.). In: *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 31-55.

FIGUEIREDO, R. M.; OLIVEIRA, M. A. P. *Necessidades de estudantes universitários para a implantação de um serviço de orientação e educação em saúde mental*. Revista Latino-americana de Enfermagem, v.3, n.º1, 2002, p. 5-18.

FÓRUM NACIONAL PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. Fóruns. Brasília, disponível em <http://www.andifes.org.br/contents.php?id=2>>. Acesso em 20/05/2012.

\_\_\_\_\_. *Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior: relatório final*. Brasília, 2011.

FONSECA, C. Ser mulher mãe e pobre. In: PRIORE, M. D. (org.). *Histórias das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 510-553.

GADOTTI, Moacir. *Educação e poder*. São Paulo: Cortez, 1981.

GUIMARÃES, Maria T. C.; SOUSA, Sônia M. G. (Org.). Jovens, espaços de sociabilidade e processos de formação. In: *Juventude e processos de exclusão social: subsídios para o planejamento de ações de promoção de saúde*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos; Goiânia: Editora da PUC- Goiás: Cànone Editorial, 2010, p.69.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, A. *Fundamentos da Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 2003.

LASCH, C. *Estudo sociológico da família nas décadas de 20 e 30*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 45-67.

LEHER, Roberto. Rumos da educação superior brasileira em um contexto da persistência da agenda neoliberal. In: *Reforma universitária*. Maceió: Edufal, 2004, p.21-34.

LENINE, V. I. *L'impérialisme, stade suprême du capitalisme*. Paris/Moscou, 1976.

MARSHALL, A. *princípios de economia*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARRACH, Sônia A. Neoliberalismo e Educação. In: GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo (Org). *Infância, educação e neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, p. 42-56, 1996.

MORCHE, B. *Equidade e políticas de inclusão social no Brasil: uma análise das políticas afirmativas*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

MORHY, L. *Universidade em questão*. Brasília: Editora UNB, 2003.

MONROE, Paul. *História da Educação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez, 2006.

NEVES, L. M. W. *Educação e política no Brasil de hoje*. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEN, A. Histórico da educação superior no Brasil. In: *A educação superior no Brasil*. Brasília:CAPES, 2002.

PAGOTTI, A. W. Informações Culturais: Refletindo sobre a formação de estudantes de cinco cursos universitários. *Educação e Filosofia*. Uberlândia – MG: v. 15, nº. 29, p. 11-25, 2001

POZOBON, Luciane L. *et al. Apoio Estudantil: reflexões sobre o ingresso e a permanência no ensino superior*. Santa Maria-RS: UFSM, 2008.

SPOSATI, A. de O. et al. *Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma questão em análise*. São Paulo: Cortez, 2003.

UFG. PROCOM. *Relatório da Coordenação do Serviço Social - Procom 1996*. [www.procom.ufg.br/pages/17884](http://www.procom.ufg.br/pages/17884). Acesso em 31/05/2012.

UFG. PROCOM Relatório do I Seminário Sobre Saúde Mental, PROCOM/UFG, 1996. [www.procom.ufg.br](http://www.procom.ufg.br). Acesso em 3/06/2012.

UFG. PROCOM. Relatório do I encontro das Ifes da região centro-oeste- Procom/UFG, 1994. <http://www.ddrh.ufg.br/>. Acesso em 10/06/2012.

UFG. PROCOM Relatório da secretaria do Programa Saudavelmente, PROCOM/UFG, 2004.

UFG. PROCOM. Relatório do Histórico do Programa Saudavelmente, 2007, <http://saudavelmente.procom.ufg.br>, acesso na Secretaria do Programa em 10/06/2012.

UFG. PROCOM Relatórios Anuais de Gestão do Programa Saudavelmente, Procom/UFG; <http://saudavelmente.procom.ufg.br> acesso em 10/06/2012.

UFG, Prodirh - [http://prodirh.ufg.br/uploads/64\\_u fg em numeros -2010](http://prodirh.ufg.br/uploads/64_u fg em numeros -2010). Acesso em 27/07/2012.

ROCHA, Sheilla N. R. *As perspectivas de operacionalização da assistência estudantil no espaço universitário: limites/possibilidades para acesso e permanência no ensino superior público*. Recife: PROCADE, 2003.

SAVIANI, D. *Da nova LDB ao FUNDEB*. São Paulo: Autores associados, 2007.

SGUISSARDI, V. *A universidade neoprofissional heterônoma e competitiva*. In: *Novo governo, novas políticas?* Caxambu: Anped, 2003.

SGUISSARDI, V. *Reforma universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro*. Educ. Soc.; Campinas, vol.27, n.º96 – especial, p.1021-1056, 2006.

SGUISSARDI, V.; SILVA JUNIOR, J. R. *Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico*. São Paulo: Xamã, 2009, v.1, p.265-271.

SCHUGURENSKY, D. Globalização, democracia participativa e educação cidadã: O cruzamento da pedagogia e da política pública In: SILVA, Luiz Heron. *Século XXI: Qual conhecimento? Qual Currículo?* Petrópolis: Vozes, p. 183-200, 1999.

SHIROMA, Eneida O. MORAES, Célia M; EVANGELISTA, Olinda. *Política Educacional*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SILVA JÚNIOR, João. R. *A reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC*. São Paulo: Xamã, 2002.

SOUSA, E. et outros. Relatório histórico da Coordenação do Serviço Social. Goiânia: PROCOM/UFG, 2007.

SOUSA, L. M. *Significados e sentidos das casas estudantis: um estudo com jovens universitários*, 2005, 112f. Dissertação de mestrado em Psicologia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia 2005.

SOUZA, Regina Magalhães de. *Escola e Juventude: o aprender a aprender*. São Paulo: Educ/Paulus, 2003.

WORLD HEALTH REPORT 2001 – mental health: new understanding, new hope.

WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2001 –

<http://www.who.int/whr/2001/chapter1/en/index.html>. Acesso 30/06/2012.

## ANEXO I - FICHA DE ACOLHIMENTO

### I – Identificação

Nome: \_\_\_\_\_

Sexo: \_\_\_\_\_ Data nascimento: \_\_/\_\_/\_\_

Endereço residencial: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Telefone(s) para contato: \_\_\_\_\_

Horário em que podemos encontrar no telefone fixo: \_\_\_\_\_

E-mail : \_\_\_\_\_

**Vínculo com a UFG:** \_\_\_\_\_

Curso: \_\_\_\_\_ Ano de ingresso: \_\_\_\_\_

Número de matrícula: \_\_\_\_\_

### Estado civil

Solteiro( ) Casado( ) Vive com companheiro( ) Separado judicialmente( )  
Divorciado( ) Viúvo( ) Outra situação ( ) \_\_\_\_\_

Com quem você mora?

Sozinho( ) Com os pais( ) Com o pai ou com a mãe( ) Com companheiro(a) e filhos( )  
Com colegas ( ) Com irmãos ( ) outros ( ) \_\_\_\_\_

### *II - Situação socioeconômica*

1 - Empregado? sim ( )

Local \_\_\_\_\_ Cargo \_\_\_\_\_ Salário \_\_\_\_\_

Desempregado? sim ( ) Desde quando? \_\_\_\_\_

Trabalho informal (bicos?) sim ( ) não ( ) Qual? \_\_\_\_\_ Aposentado?  
 Sim ( ) Valor \_\_\_\_\_ não ( )  
 Bolsista? Sim ( ) Qual? \_\_\_\_\_ Não ( )

Como se mantém? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

2 - Usuário da Política de Assistência Social da PROCOM?

( ) sim ( ) não ( ) nunca solicitou

3 - Sua moradia é:

Própria ( )

Própria em pagamento ( )

Valor da prestação \_\_\_\_\_

Alugada ( )

Valor do aluguel \_\_\_\_\_

Cedida ( )

Casa de Estudantes ( )

Qual? \_\_\_\_\_

Herdada ( )

De quem? \_\_\_\_\_



5 - Em caso de problemas de saúde, você procura atendimento por meio de:

SUS ( ) Rede particular ( ) Plano de saúde ( ) Qual? \_\_\_\_\_

6 - Cite duas pessoas com as quais poderíamos contar para lhe ajudarem numa eventualidade:

Nome: \_\_\_\_\_ Telef.: \_\_\_\_\_

End.: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Telef.: \_\_\_\_\_

End.: \_\_\_\_\_

### III – História do paciente

1 - Qual(is) motivo(s) o(a) levou(aram) a buscar o atendimento com a Equipe do programa Saudavelmente? **(Queixa principal)**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

2 – Já teve outros episódios de doença ou sofrimento mental? Quais? **(descreva)**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

3 – Atualmente você é portador ou está em tratamento de alguma doença? Qual(ais)?

4 - Faz uso de alguma medicação regularmente? Qual(ais)? \_\_\_\_\_

5 - Você já fez algum tratamento para o seu problema? Já participou de algum grupo de apoio? \_\_\_\_\_

6 - Alguém na sua família tem/tinha problemas com álcool ou outras drogas? \_\_\_\_\_  
Quem? \_\_\_\_\_

10 - Qual a reação da família diante do problema?

\_\_\_\_\_

11 - Alguém na sua família tem/teve algum problema psíquico? \_\_\_\_\_ Quem?  
\_\_\_\_\_ Você sabe dizer qual o problema?

\_\_\_\_\_ Foi ou é acompanhado por psicólogo  
ou psiquiatra?

\_\_\_\_\_ .

12 - Você procurou atendimento no Programa:

( ) espontaneamente ( ) encaminhado Por quem? \_\_\_\_\_

#### IV-Informações gerais

**13- Qualidade de Vida** (Indicar o nível de qualidade de vida percebido pelo paciente, de péssima a excelente, marque um dos 10 pontos da linha abaixo.

**Péssima**

**Excelente**

---

0      1      2      3      4      5      6      7      8      9      10

14 - Ciente das normas para participação no Programa? ( ) Sim ( ) Não

15 - Autoriza incluir os dados em pesquisa? ( ) Sim ( ) Não

---

Assinatura

Goiânia, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012.

**Para preenchimento exclusivo da equipe do Programa Saudavelmente:**

PRIMEIRO COMPONENTE: FORMULAÇÃO MULTIAXIAL PADRONIZADA

**Eixo I: Transtornos Clínicos** (como classificados na CID-10).

**A. Transtornos Mentais**

(transtornos mentais em geral, incluindo transtornos de personalidade e desenvolvimento)

**CÓDIGO**


**B. Transtornos Médicos Gerais**

**CÓDIGO**


## Eixo II: Incapacidades

Área da Incapacidade	Escala de incapacidade*						
	0	1	2	3	4	5	D
A- Cuidados pessoais							
B- Ocupacional (empregado, estudante, etc)							
C- Com família							
D- Social de forma geral							

(\*) 0 = Nenhum; 1 = Mínimo; 2 = Moderado; 3 = Substancial; 4 = Severo; 5 = Muito severo; D = desconhecido; de acordo com intensidade e frequência da incapacidade recentemente presente.

**Eixo III: Fatores Contextuais** (Problemas psicossociais pertinentes para o surgimento, curso ou tratamento dos transtornos do paciente ou cuidado clínico relevante, bem como problemas pessoais, tais como comportamento perigoso, violento, abusivo, e suicida, que não chegam a caracterizar propriamente um transtorno definido).

Áreas Problemáticas (marque as áreas com problemas significativos e os especifique)	Código
Família/Casa:	
Educação/Trabalho:	
3. Econômicos/Legais:	
4. Culturais/Ambientais:	
5. Pessoais:	

**FORMULAÇÃO DIAGNÓSTICA ABRANGENTE**  
**(WPA Diretrizes Internacionais para Avaliação Diagnóstica, IGDA)**  
**SEGUNDO COMPONENTE: FORMULAÇÃO IDIOGRÁFICA**

**I Problemas Clínicos e sua contextualização** (Inclui os transtornos, sintomas e problemas, baseados na formulação padronizada multiaxial, descritos em linguagem acessível ao clínico, paciente e família, bem como informações complementares chaves e a elucidação de mecanismos e fatores contribuintes pertinentes, de perspectivas biológicas, psicológicas, sociais e culturais.)

**II Fatores Positivos do Paciente** (Inclui recursos pertinentes ao tratamento da condição clínica e promoção da saúde, como maturidade da personalidade, habilidades, talentos, recursos sociais e suporte, e aspirações pessoais e espirituais).

**III Expectativas de recuperação e promoção da saúde** (Inclui expectativas específicas em relação aos tipos de tratamento e seus resultados, bem como aspirações sobre o estado de saúde e qualidade de vida no futuro próximo).

---

**Instruções:**

**'Problemas clínicos'** -liste como alvo para tratamento transtornos clínicos chaves, incapacidades e atores contextuais apresentados na formulação diagnóstica multiaxial, assim como problemas notados na formulação idiográfica. Após a nomeação do problema, considere listar seus descritores-chave. Mantenha a lista o mais simples possível. Consolidar em um termo abrangente todos os problemas que compartilhem a mesma intervenção.

**'Intervenções'** - deve listar estudos diagnósticos assim como tratamentos e atividades de promoção de saúde pertinentes para cada problema clínico. Seja o mais específico possível em identificar o tipo de tratamento, doses e programas, quantidade e grade de horário, assim como a responsabilidade clínica.

**'Observações'** - pode ser usado de um modo flexível de acordo com o necessário. Deve incluir datas alvo para resolução dos problemas, datas para reavaliação, e notas de que o problema foi resolvido ou tornou-se inativo.

<b>Problemas Clínicos</b>	<b>Intervenções</b>	<b>Observações</b>

**Acolhimento no dia:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

**Profissionais responsáveis pelo acolhimento:**